



# Anais da Assembléia

Nº 58

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1.989  
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (52). Achando-se ausentes os seguintes senhores Deputados Hermas Brandão e José Felinto (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM Nº 57/89

Curitiba, 19 de junho de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

as inclusas cópias autênticas de convênios de 1º de março de 1988 e de termos aditivos datados de 29 de julho do mesmo ano, a tais convênios, celebrados entre o Estado do Paraná, através da ex-Secretaria de Estado da Justiça, hoje Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social e os Municípios de APUCARANA (c/ termo aditivo), ARAPONGAS (c/ termo aditivo), ARAUCÁRIA (c/ termo aditivo), ASSIS CHATEAUBRIAND (c/ termo aditivo), BELA VISTA DO PARAÍSO (c/ termo aditivo), BANDEIRANTES, CAMBÉ (c/ termo aditivo), CAMPO LARGO (c/ termo aditivo), CAMPO MOURÃO (c/ termo aditivo), CAPANEMA (c/ termo aditivo), CASTRO (c/ termo aditivo), CIANORTE (c/ termo aditivo), CORNÉLIO PROCÓPIO (c/ termo aditivo), COLOMBO (c/ termo aditivo), CRUZEIRO DO OESTE (c/ termo aditivo), FOZ DO IGUAÇU (c/ termo aditivo), FRANCISCO BELTRÃO (c/ termo aditivo), GOIOERÊ (c/ termo aditivo) GUAÍRA (c/ termo aditivo), GUARAPUAVA (c/ termo aditivo), IBAITI (c/ termo aditivo), IBIPORÁ, IRATI (c/ termo aditivo), IVAIPORÁ, LAPA (c/ termo aditivo), LARANJEIRAS DO SUL (c/ termo aditivo), LOANDA (c/ termo aditivo), MARECHAL CÂNDIDO RONDON, MEDIANEIRA (c/ termo aditivo), NOVA ESPERANÇA (c/ termo aditivo), PALMAS (c/ termo aditivo), PARANAGUÁ (c/ termo aditivo), PARANAVAÍ (c/ termo aditivo), PATO BRANCO (c/ termo aditivo), PEABIRU (c/ termo aditivo), PIRAQUARA, PITANGA (c/ termo aditivo), RIO BRANCO DO SUL (c/ termo aditivo), RIO NEGRO, ROLÂNDIA (c/ termo aditivo), SANTO ANTONIO DA PLATINA (c/ termo aditivo), SANTO ANTONIO DO SUDOESTE (c/ termo aditivo), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (c/ termo aditivo), TELÊMACO BORBA (c/ termo aditivo), TOLEDO (c/ termo aditivo), UNIÃO DA VITÓRIA, WENCESLAU BRAZ (c/ termo aditivo), objetivando implantação e manutenção dos serviços de assistência judiciária gratuita nos referidos Municípios.

Para os mesmos fins são também encaminhadas cópias de idêntico convênio e igual termo aditivo, celebrados com o Município de ASTORGA, respectivamente, nas datas de 18 de março de 1988 e 29 de julho do mesmo ano.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 58/89

Curitiba, 22 de junho de 1989.

Senhor Presidente.

Nos termos do preceito contido no art. 22, inciso I, da Constituição Estadual e conforme entendimentos anteriores já adotados através da Mensagem nº 117/88, de 10.11.88 e Ofício GP 320/88/ALE, de 24.11.88, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar autorização para meus eventuais afastamentos do País, que, no interesse da Administração, venham a ser necessários.

Tal autorização poderia, de forma genérica, permitir os afastamentos que se verificarem até a data da promulgação da nova Constituição Estadual, fazendo-se, de cada um, expressa comunicação a essa Assembléia Legislativa.

Esperando que a presente solicitação possa merecer apoio e conseqüente aprovação dessa Colenda Casa, valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado  
À Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO Nº FJ147/89-R

Curitiba, 19 de junho de 1989.

Senhor Presidente.

Com o presente, comunico a Vossa Excelência minha filiação ao Partido da Reconstrução Nacional - "PRN", passando a integrar a referida Bancada na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sem outro particular para o momento, valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente  
(a) FERRARI JÚNIOR

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1309

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 100, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação, para o Projeto de Resolução nº 32/89, constante da Ordem do dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO Nº 1312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 130/89, estando o mesmo em Regime de Urgência e com parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO Nº 1310

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ANTÔNIO GASPARETTO, ocorrido no dia 19 de junho de 1989, em São João - Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada na cidade de São João - Paraná, à Rua São Miguel, nº 922.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O falecimento ocorrido no último dia 19 de junho de 1989, em São João - Paraná, do ilustre pioneiro ANTÔNIO GASPARETTO, vem deixar uma lacuna irreparável na comunidade de São João.

Gaúcho de Maximiliano de Almeida, nascido em 03 de agosto de 1924, deslocou-se ao Estado do Paraná, vindo diretamente para a Cidade paranaense de São João, onde se estabeleceu com a sua família e veio a lidar com a agricultura e pecuária.

ANTÔNIO GASPARETTO, um dos principais contribuintes para o crescimento, desenvolvimento e o progresso de São João, também preocupou-se com a vida política e social de seu Município, onde por duas vezes foi eleito pelo povo para ocupar o cargo de Vice-Prefeito Municipal.

O Sudoeste paranaense juntamente com a família Gasparetto, compartilha profundamente este momento doloroso.

O PSDB paranaense, em especial o PSDB de São João, presta através deste requerimento a sentida homenagem ao seu Presidente, ANTÔNIO GASPARETTO.

Com seu desaparecimento, aos 64 anos, sua coragem e o seu desprendimento ficarão marcados na história política, social, do Município de São João, situado no sudoeste do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1308

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução 112/86, após ouvido o Plenário, respeito-

samente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) PAULO FURIATTI

#### REQUERIMENTO N° 1325

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, a retirada de discussão, por 30 sessões, do Projeto de Lei n° 117/85, do ex-Deputado Estadual Tadeu França, que visa conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sacerdote Leonardo Boff, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1313

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, após ouvido o Douto Plenário, que seja registrado voto de pesar pelo falecimento da senhora ALZIRA CERÃO no Município de São João do Ivaí.

Requer, outrossim, que seja dada ciência da decisão desta Casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido tendo em vista a mesma ser progenitora do Excelentíssimo Senhor BENEDITO CERÃO NETO, Digníssimo Vereador do Município de São João do Ivaí.

São João do Ivaí perde uma grande mulher. Queira Deus acolhê-la em seu seio e consolar todos os seus que aprenderam admirá-la, neste indesejável desenlace súbito e incompreensível. É a justificativa.

#### REQUERIMENTO N° 1323

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar pela perda irreparável do Senhor VICENTE JOSÉ DOS SANTOS, pastor evangélico, amigo e irmão dos pobres, humildes, carentes e necessitados, e em especial, nosso companheiro.

Requer, ainda que do mesmo seja dada ciência a Senhora MARIA DA LUZ PORPHIRIO DOS SANTOS, sua esposa, e ao Senhor PAULO CESAR DOS SANTOS, seu filho, por intermédio dele estendemos a nossa solidariedade aos seus irmãos, esposa, filhos e demais familiares.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) NETIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Senhor VICENTE JOSÉ DOS SANTOS tinha 58 anos, era natural de Cerro Azul e há muito residia em Curitiba, deixou esposa MARIA DA LUZ PORPHIRIO DOS SANTOS e 04 filhos, ALVARI, ALVANI, LUIZ e PAULO. Era Pastor evangélico convicto, fez um curso de teologia de 04 anos, curso de presbitério de 03 anos e sempre foi um homem votado a fazer de sua existência, a prática constante de bem servir ao próximo, sempre foi um bom pai, dedicado à igreja e a sua comunidade, e toda sua família sempre ajudou e ajuda muito aos pobres fazendo a distribuição de roupas que anualmente são doadas pela Noruega, aos carentes e mais necessitados.

Desta feita, compreendemos que um homem como o Senhor VICENTE JOSÉ DOS SANTOS, que sempre fez da sua vida, a razão da vida de tantas outras pessoas, merece, com a mais absoluta convicção, as nossas homenagens, e aos seus familiares, a nossa solidariedade em um momento tão difícil como esse. Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que esperamos contar com a anuência dos demais nobres Pares desta Augusta Casa de Leis para a aprovação deste requerimento.

Esclarecemos, outrossim que o endereço da Senhora MARIA DA LUZ PORPHIRIO DOS SANTOS, é: Rua Cel. João Cortiano, 104 - Jardim Paranaense - Conjunto Vila Militar - Curitiba - PR - CEP: 81.500 e o do Senhor PAULO CESAR DOS SANTOS é: Rua Alzires Zarur, n° 626 - Conjunto Parigot de Souza - Xaxim - Curitiba - PR - CEP: 81.500.

#### REQUERIMENTO N° 1302

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado Estadual que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, a inserção nos Anais, de voto de congratulação e apreço à GAZETA DO POVO, Jornal tradicional de Curitiba, na pessoa de seu Diretor Presidente, Jornalista Francisco Cunha Pereira pela oportunidade de publicação de série "nostalgia" - de páginas dominicais dedicadas à propagação da memória da nossa Cidade capital, Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.06.89

(a) RAFAEL GRECA.

#### JUSTIFICATIVA:

"Há povos para os quais o tempo é o caminho... Estes são os países ricos. Há outros povos para os quais o tempo é mortalha... Estes são os países pobres".

Ao assumir a evidente necessidade da Memória, o Jornal paranista por excelência que é a Gazeta do Povo multiplica e democratiza o acesso das pessoas a acervos históricos, a imagem que Curitiba perdeu.

Por isso a moção de apreço. Sobremaneira quando tal se faz sobre um acervo da importância do de Cid Destefani.

REQUERIMENTO N° 1306

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de reconhecimento, agradecimentos e aplausos ao Senhor Genuir Geraldo Basso, Superintendente Regional do Banco do Brasil no Estado do Paraná.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Sr. Genuir Geraldo Basso, bem como ao Dr. Mario Jorge Gusmão Berard, Presidente do Banco do Brasil.

Sala das Sessões, em 26.06.89

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Um dia um poeta disse que, "cada criança que nasce nos traz a certeza que Deus ainda confia nos homens". Da mesma forma, cada profissional, homem público, que ascende na escala de sua profissão nos deve reforçar a crença que o nosso País ainda tem homens em quem confiar.

Esta mensagem simples serve para justificar a homenagem que estamos prestando a um competente, honrado e dedicado funcionário do Banco do Brasil.

Genuir Geraldo Basso não é propriamente "um funcionário público", embora pertença aos quadros de uma instituição bancária federal. Mas é um "servidor do público" na mais ampla acepção do termo - isto porque dedicou sua vida a se aperfeiçoar para tão somente trabalhar em função do público. Sua dedicação nos traz a certeza que ainda há homens que fazem de sua profissão não uma seqüência nos degraus da escala profissional, mas um constante servir.

Genuir Geraldo Basso é o Superintendente Regional do Banco do Brasil no Paraná. Um dos mais altos e dignificantes postos reservados aos funcionários dessa modelar instituição bancária. E chegou a este degrau através do trabalho e da competência, já que ingressou na carreira através de concurso, e no cargo de contínuo, o primeiro da escala dentro do quadro funcional do Banco. Isso ocorreu em 1963 na agência de Pato Branco. Em 26 anos ele passou de contínuo a Superintendente Regional no Estado. Dentro do rigor e da exigência da instituição, um tempo relativamente pequeno, a não ser para aqueles que demonstram sempre eficiência e seriedade.

Hoje esta ímpar figura, funcionário exemplar está deixando o cargo no Paraná para assumir a Superintendência do Banco

do Brasil em Goiás. O Paraná está perdendo com esta transferência. Missão cumprida aqui, outros desafios aguardam Genuir Geraldo Basso. Perde o Paraná, mas ganha o Estado de Goiás.

O Paraná só tem palavras de agradecimento, das quais queremos ser o porta-voz. Agradecer e reconhecer em nome do Paraná, que continuará com uma dívida de gratidão para com este guapo gaúcho de Sananduva - GENUIR GERALDO BASSO.

REQUERIMENTO N° 1307

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Rio Azul, pela passagem do 71° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Sr. Prefeito municipal Mário Petroski, ao Vice-Prefeito, Sr. Nicolau Chauszcz, ao ex-Prefeito Ansenor Valentin Girardi, ao ex-vice-Prefeito Sr. Francisco Mazur, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Rio Azul, onde floresce o progresso.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Rio Azul, berço da civilização e progresso, depositário das páginas mais brilhantes de trabalho de sua gente, comemora no próximo dia 14 de julho o seu 71° aniversário de fundação.

Rio Azul, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador, conta hoje com extraordinário surto de progresso especialmente depois da conquista da tão sonhada obra de asfaltamento da Rodovia Deputado Antonio Baby (PR-153).

O Município de Rio Azul, administrado por homens da maior representatividade político-social, transformou-se como uma das principais rotas de penetração desenvolvimentista da região, cuja população é eminentemente possuidora da fé religiosa. Não de reflorescer em Rio Azul a fecundidade da prece e do trabalho. Não de, as escolas espalhadas por todos os cantos do município, disseminar a palavra de Deus, e não os púlpitos, confiados aos que sabem ministrar a sagrada lição, irradiar a mais pura luz da doutrina, multiplicando-se os catecismos de perseverança, em tanta quantidade e de tanta eficiência que cada habitante se torne um foco de irradiação de fé, pela palavra e pelo exemplo. Toda a sabedoria, todo o progresso de um povo, consiste no trabalho, e em toda a comuni-

dade de Rio Azul encontramos hoje a alegria e satisfação alimentando-se com o pão da inteligência.

A história de Rio Azul começa no dia 14 de julho de 1918, que com o correr do tempo foi crescendo, transformando-se e recebendo migrações que permitiram um desenvolvimento significativo marcado por muito esforço, principalmente aquele desenvolvido e desprendido pela sua população e por seus administradores de todos os tempos, entre eles Ansenor Valentin Girardi, que na sua gestão transformou completamente o Município de Rio Azul, dando nova feição, nova vida, plantando em todos os cantos do município uma semente a germinar confiança no amanhã, cujo trabalho continua hoje com bastante eficiência pelo atual Prefeito Mário Petroski. Ansenor Girardi, além da administração segura, honrada e eficiente bateu todos os recordes com projetos desenvolvidos, enfrentou crises e desafios em face das próprias condições brasileiras. No Paraná muitos não resistiram, ficaram estagnados pelo caminho do tempo, esmagados pelos problemas conjunturais agravados pelo desânimo e até pela falta de visão administrativa.

Outros poucos triunfaram, é o caso de Ansenor que dedicou todo o seu tempo - 24 horas por dia à causa do Município, ao ponto de ser um dos poucos Prefeitos do Paraná a entregar ao seu sucessor uma Prefeitura com todos os compromissos saldados e com quantia significativa de dinheiro em caixa. O livro "Rio Azul 70 Anos, mandado editar pela Prefeitura, traduz com bastante clareza e objetividade a história e o progresso do Município, rememorando os desbravadores, pioneiros, vultos, lutas, heróis incansáveis, glórias e conquistas históricas de todos que irmanados pela fé e confiança, lutaram, trabalharam, realizaram e venceram, deixando ensinamentos para as gerações futuras. É preciso acentuar estes fatores para justificar o acerto da administração do ex-Prefeito Ansenor Girardi, que na Prefeitura dedicou sua capacidade e seu esforço no sentido de uma administração pública, efetivamente em favor do povo de Rio Azul, com ações efetivas nas diversas áreas sociais contemplando em especial as camadas mais necessitadas.

É com orgulho, portanto, que o povo rioazulense comemora o 71º aniversário do seu Município. A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo de Rio Azul já conquistou, com trabalho que vem sendo feito pela administração municipal com o respaldo de seus representantes e com a colaboração de toda a comunidade, a esperança de dias melhores converte-se satisfatoriamente.

Rio Azul pode orgulhar-se do seu pas-

sado e de seus filhos, de ontem e de hoje, ali nascidos ou vindos de outras plagas. Os problemas são o ponto de união de todos que impulsionam o progresso. As grandes conquistas e os avanços mostram que é com trabalho, honestidade e dedicação que se forja um admirado município e que se melhora as condições de vida da população.

Na data tão significativa, todo o povo de Rio Azul é credor da nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo, cópia e modelo para os demais municípios paranaenses.

#### REQUERIMENTO N° 1324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura, Dr. René Ariel Dotti, pelas comemorações alusivas ao 10º aniversário da atual Secretaria de Estado da Cultura, realizada na data de 19 de junho último.

Requer ainda, que do mesmo, seja dada ciência ao ilustre Secretário.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a emancipação da atual Secretaria de Estado da Cultura é de extrema relevância porque isso significou uma grande conquista para a área, além da referida pasta adquirir autonomia tanto programática quanto orçamentária, ainda tem condições de melhor estimular, incentivar e apoiar mais firmemente as pessoas que fazem cultura no Paraná.

Cabe salientar ainda que o Estado do Paraná é o segundo no Brasil, depois de Minas Gerais, que tomou essa iniciativa corajosa em desvincular a Cultura, que até então era vista como apenas mais um Departamento da Secretaria de Estado da Educação, para que a mesma viesse a ter um trato especial e de modo diferenciado. E isto ocorreu há 10 anos atrás tendo surgido na época a Secretaria de Estado da Cultura e Esporte.

Para melhorar a autonomia em todos os setores da área cultural, o Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Fernandes Dias, no início de seu governo, desmembrou a então Secretaria de Estado da Cultura e Esporte em duas Secretarias, tornando-as independentes entre si, o que só veio a contribuir decisivamente para o espetacular trabalho que vem sendo desenvolvido em sua gestão.

Portanto, essa é uma data histórica e muito importante para aqueles que compreendem a cultura, como diz Aurélio Buarque

de Hollanda, ou seja, "o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade, ou ainda, o desenvolvimento de um grupo social, uma nação, que é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento desses valores".

Desta feita, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso objetivo em nos congratularmos com o nosso Excelentíssimo Sr. Secretário, Dr. René Ariel Dotti, prende-se ao fato de que queremos homenageá-lo pelo bellissimo trabalho que vem sendo desenvolvido pela sua renomada Pasta.

Para melhor ilustrar, somente nesta gestão já foram restauradas; Casa João Turin, Museu Alfredo Andersen, Museu de Arte Contemporânea, Sala Miguel Bakun e o Centro Juvenil de Artes Plásticas. E, ainda, está também prevista a ampliação da Biblioteca Pública do Paraná e todos os setores têm sido verdadeiramente assistidos, desde artes plásticas, cênicas, música popular, erudita, folclore, até pesquisas e outros.

É graças a todo esse contexto que hoje temos o melhor teatro de toda América Latina, é no Teatro Guaíra que temos acústica exclusiva para orquestra sinfônica, a melhor estrutura e os melhores equipamentos, e para concluir temos ainda o Disco do Gralha Azul, que reflete o fandango, trançado em taquara, cerâmica que enaltece todo o folclore paranaense.

Em decorrência desse espetacular trabalho suscitadamente relatado, é que contamos com a anuência dos demais nobres Pares desta augusta Casa de Leis para aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO N° 1326

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual NELSON VASCONCELOS, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de regozijo pela passagem do 34° aniversário de fundação do Município de Umuarama, que ocorrerá no próximo dia 26.06.89.

Requer, ainda, seja expedida cópia do presente aos Excelentíssimos Srs. Alexandre Ceranto, DD. Prefeito Municipal e Dr. Aparecido Aragão Filho, DD. Vereador Presidente da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) NELSON VASCONCELOS

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Umuarama, que comemora os seus 34 anos de existência e emancipação político-administrativa é um exemplo de prosperidade.

Em razão às festividades de aniversá-

rio, justo que se tribute nossos cumprimentos às autoridades que, condignamente representam aquela municipalidade, despendendo como meio de concentração do progresso e desenvolvimento da região, mercê do entendimento, da harmonia e pujança do seu povo.

Assim unimo-nos nas festividades de comemoração, manifestando por meio dos votos de congratulações quando nos honra fazermos parte do povo umuaramense.

#### REQUERIMENTO N° 1330

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto plenário, a inserção nos Anais desta Casa de votos de louvor pela realização, nesta Capital, nos dias 29, 30 e 31 de maio próximo passado, da Conferência Estadual do Meio Ambiente, a qual veio reavivar a luta dos ambientalistas do Paraná na defesa do meio ambiente. E ainda, pelas medidas que vêm sendo tomadas pela SUREHMA para recuperação do Rio Tibagi.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, se dê da mesma, conhecimento ao Sr. Superintendente da SUREHMA, engenheiro Alberto Baccarin e ao Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) JOSÉ FELINIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Conferência Estadual do Meio Ambiente, sem dúvida, veio trazer subsídios de real valor à luta em defesa do meio ambiente, que se constitui em uma das metas do Governo Álvaro Dias. O documento extraído da mesma, será de grande valia para o mesmo, como para todos que se preocupam com as condições ambientais, do Paraná e do Brasil.

A recuperação do Rio Tibagi, que envolverá técnicas das mais adiantadas para conservação do solo, abrangerá um trabalho árduo a ser desenvolvido ao longo de cerca de 10 anos, mas que grandes benefícios trará ao nosso meio ambiente. O projeto, a sua execução financeira, será custeada numa primeira fase, pela indústria de papel e celulose Klabin, responsável direta pela poluição das águas do Rio Tibagi e, numa segunda, possivelmente, através da cobrança de "royalties" das concessionárias de energia elétrica que inundaram terras do Paraná para a construção de hidrelétricas.

#### REQUERIMENTO N° 1298

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUEREM seja normatizado o funcionamento da Assem-

blêia Legislativa, enquanto perdurar o processo constituinte, de forma que a Assemblêia passe a se reunir apenas às segundas e sextas-feiras ficando as terças, quartas e quintas-feiras destinadas aos trabalhos da Comissão Constitucional, da Assemblêia Constituinte Estadual.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA, BASÍLIO ZANUSSO, VALDERI MENDES VILELA, EZEQUIAS LOSSO, CAÍTO QUINTANA, ERONDY SILVÉRIO, TADEU LÚCIO MACHADO, PEDRO TONELLI, ANTÔNIO COSTENARO NETO, NELSON VASCONCELLOS, RAUL LOPES, JOSÉ ALVES, JOSÉ FELINTO, NAMIR PIACENTINI e uma ilegível.

#### REQUERIMENTO N° 1304

Senhor Presidente.

As lideranças partidárias que o presente subscrevem, comunicam a formação do Bloco Democrático Liberal Trabalhista Cristão, integrado pelos Deputados das Bancadas do Partido Democrático Social, Partido Liberal, Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Democrata Cristão.

Por decorrência, conforme o princípio da Constituição Federal aplicável nesta Casa de Leis, o referido Bloco deve ser considerado nas projeções devidas na composição das Comissões Técnicas e em todas as demais constituídas na Casa, à exceção da Comissão Constitucional.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

JOSÉ ALVES

Líder do PTB

EZEQUIAS LOSSO

Líder do PL

EDMAR LUIZ COSTA

Líder do PDC

#### REQUERIMENTO N° 1328

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja determinada nova composição das Comissões Técnicas, Comissão Constitucional, Comissão Parlamentar de Inquérito e outras, tendo em vista as alterações profundas na estrutura partidária dos integrantes da Assemblêia Legislativa do Estado do Paraná, com a finalidade de se estabelecer o critério da proporcionalidade, tanto quanto possível, tendo em vista o disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoiamento:

ANTÔNIO COSTENARO NETO

Líder do PFL

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Líder do PSDB

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

EDUARDO BAGGIO

Líder do PDC

JOSÉ ALVES

Líder do PTB

PEDRO TONELLI

Líder do PT

ERONDY SILVÉRIO

Líder do PIN

Namir Piacentini, Algaci Túlio, Raul Lopes, Nelson Vasconcellos, Haroldo Rodrigues Ferreira, José Rogério Carvalho.

#### REQUERIMENTO N° 1331

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem, pelo presente, comunicar à Assemblêia Legislativa do Paraná, através da douta Mesa Executiva, que deverá ausentar-se do País no período compreendido entre 22 de junho e 07 de julho, pelos motivos abaixo esclarecidos, em razão do que REQUER justificação de suas faltas aos trabalhos legislativos, no período em questão.

Sala das Sessões em 26.06.79.

(a) JOSÉ FELINTO

#### JUSTIFICATIVA:

No período referido, atendendo convite do Sr. Presidente da Convenção Mundial da Assemblêia de Deus, na condição de Deputado Estadual, representante de considerável parcela da comunidade evangélica - membros e congregados da Assemblêia de Deus - que integra um total de 23 milhões em todo o Brasil, o Deputado requerente estará visitando os Estados Unidos da América do Norte e Canadá, onde participará de inúmeros eventos.

Na ocasião, estará representando o Estado do Paraná e o Brasil, como Deputado Estadual membro da Igreja Assemblêia de Deus.

#### REQUERIMENTO N° 1311

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado telex, no sentido de coibir o aumento nos percentuais das contribuições sociais para o INPS e o IAPAS.

Requer-se também, que da decisão da Casa, seja oficiado ao Presidente da República, Ministro da Previdência Social, Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senadores e Deputados Federais do Estado do Paraná, Secretário da Saúde do Estado do Paraná, dando-se ciência.

cia deste ao Conselho Paranaense da Livre Iniciativa e, também, a todos os Prefeitos Municipais, Vice-Prefeitos, Vereadores, Presidentes das Executivas dos Partidos políticos existentes nos Municípios da Região Sudoeste do Estado do Paraná e aos demais jornais, rádios, revistas e canais de televisão do Sudoeste do Paraná, conforme relação em anexo.

Sala das Sessões em 26.06.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

**JUSTIFICATIVA:**

Mais uma vez o povo brasileiro está sendo castigado. Mais uma vez, milhares de brasileiros que, além de terem o menor salário do mundo, são novamente convidados a participar do desconto mensal na sua contribuição para a Previdência Social. Estamos convivendo com a nova Constituição Brasileira que há pouco foi promulgada. Esta grande Nação, que tenta fazer o maior esforço em acreditar nela, mais uma vez se sente ferida. Não é justo que este povo, este País, possa se sentir ferido novamente. Não podemos conviver com a idéia de vermos nosso documento maior, a nossa Constituição, recém-promulgada, já estar sendo esquecida. Não podemos, Srs. Governantes, aceitar mais descontos em nossos pequenos salários - talvez a única renda para muitos brasileiros que acreditam neste Brasil, que no passado pensaram em receber a justa compensação através da Previdência Social.

Sabemos que isso é injustiça, é ininconstitucionalidade praticada contra o povo brasileiro, em especial o povo paranaense que, através de seus trabalhadores, seus empresários, concluíram que o novo aumento das contribuições para a Previdência Social é ilegítimo! E igualmente protestam contra o aumento anunciado no percentual da contribuição para o chamado FINSOCIAL.

Tirar os recursos dos salários dos trabalhadores e dos proventos dos aposentados não é justo. Esta medida é inconstitucional. Por sua vez, a União vem se sentindo completamente descompromissada em contribuir com sua parte no custeio do sistema previdenciário. Resta, apenas, o que recolhem os trabalhadores sobre a folha de salários.

O bravo povo paranaense, alerta ao Governo Federal sobre a extensão do grande mal que faz à Nação brasileira, aumentando as alíquotas sobre a folha de salário dos trabalhadores e a redução das aposentadorias. Isso não resolveria o problema, mais uma vez, mediante contribuições, os trabalhadores serão novamente sacrificados, penalizados, até que se resolvam as questões de fundo, que são as verbas canalizadas para outras finalidades que deveriam ser usados para o pagamento de benefícios aos

aposentados.

**REQUERIMENTO N° 1303**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, Requer, o envio das moções em anexo, às autoridades nela nominadas, em decorrência da aprovação das mesmas pelo Plenário da Sessão Pública Especial, levada a efeito por esta Casa, no último dia 21, do corrente.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

**REQUERIMENTO N° 1329**

**MOÇÃO DE APOIO AOS SOJICULTORES**

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e à Opinião Pública

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, considerando o momento difícil que passa a agropecuária brasileira, diante da defasagem cambial que prejudica os produtores de soja e outros produtos destinados às exportação; considerando que os custos de insumos estão liberados, enquanto o preço mínimo de garantia não cobre os custos de produção; considerando a geração de recursos trazidas pela sojicultura, atividade que se conjuga com a produção de trigo como opção de agricultura moderna, reivindicam ao Governo Federal a imediata correção dos preços internos pagos aos sojicultores, mediante a atualização do câmbio, atribuição de prêmio aos sojicultores para que parte do pagamento pela soja operada no mercado livre de câmbio; ao tempo em que se manifesta solidária à movimentação dos sojicultores paranaenses.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Apoiamento: Gernote Kirinus, Nestor Baptista, Lauro Lobo Alcantara, Djalma de Almeida César, José Afonso Júnior, Homero Oguido, Neivo Beraldin e uma Ilegível.

**REQUERIMENTO N° 1290**

Senhor Presidente

O Deputado que o Presidente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, o registro nos Anais dessa Casa, da moção de repúdio, pelas atitudes que vem tomando o Excelentíssimo Prefeito Municipal de Arapongas, Sr. Antônio Grassano, que em plena semana do meio ambiente autorizou o corte das árvores essenciais à manutenção do equilíbrio ecológico do aludido Município.

Requer outrossim, que do mesmo seja dada ciência ao DD. Prefeito Municipal de Arapongas, Sr. Antônio Grassano.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) IRONDI PUGLIESI

**JUSTIFICATIVA:**

Em plena semana do meio ambiente, o Sr. Prefeito Municipal de Araçongas, determinou a devastação na arborização urbana daquele Município, derrubando todas as grandes árvores que transformaram o centro da cidade num imenso corredor verde, e com isso acabando não apenas com a beleza natural daquele Município, mas também e ainda pior com o equilíbrio ecológico do mesmo.

## REQUERIMENTO N° 1305

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de ofício ao Senhor Governador do Estado, apelando no sentido de que o mesmo envie esforços, junto ao Governo Federal, para que seja encontrada uma solução viável para a comercialização da soja. Requer, ainda, que se envie telex ao Senhor Ministro da Agricultura, apelando para que, de imediato, se proceda a cotação do preço da soja em níveis compatíveis com o custo de produção.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) JOSÉ FELINTO

## JUSTIFICATIVA:

Sendo o Paraná um Estado eminentemente agrícola, justa e necessária a preocupação dos representantes do povo no que tange a situação hoje vivida pelos agricultores plantadores de soja. Os armazéns, do Paraná e de outros Estados produtores do produto, encontram-se hoje abarrotados deste e, com a política que vem sendo adotada pelo Governo Federal, o escoamento da safra torna-se bastante difícil. A proximidade da colheita do trigo também traz preocupação aos agricultores, e ao Governo do Estado, porque corre-se o risco de um colapso, caso não se dê uma solução ao problema dentro de poucos dias.

O exposto justifica a preocupação do Deputado requerente e a apresentação da proposição.

## REQUERIMENTO N° 1314

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Doutor Plenário, o envio de ofício ao Diretor Presidente da Telepar, reivindicando estudos, visando a transferência da torre emissora dos feixes radioelétricos, localizada no centro de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

Em virtude das constantes reclamações que recebemos da Prefeitura Municipal, das classes empresariais e de construtores, todos intimamente ligados aos problemas

que esta torre representa, solicito a viabilização do presente pedido, baseado no fato de que o corredor de proteção dos feixes radioelétricos, deveria situar-se em uma área fora dos limites do centro da Cidade, onde não impediria o crescimento vertical da mesma e não implicaria na desvalorização dos terrenos compreendidos nesta faixa de extensão, pois os mesmos, são praticamente desprezados pelos interessados em promover uma obra de maior abrangência do que a permitida pelos limites máximos estabelecidos, criando, dessa forma, impasses para uma cidade-pólo da microrregião, que não consegue atrair investidores para aplicações em seu centro comercial. Haja vista a relevância deste pedido, solicito providências neste sentido.

## REQUERIMENTO N° 1315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Presidente da Sanepar, reivindicando estudos ou encaminhamento, visando a implantação gratuita de uma ligação de água na Associação de Moradores do Jardim Paulino, do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Paulino, entidade com fins sociais, que congrega cerca de 200 famílias, viu-se na necessidade de construir uma sede onde pudesse desenvolver as suas atividades. Ocorre, porém, que tal edificação deu-se em local próximo onde o sistema de água está instalado e a mesma não dispõe no presente momento, de recursos financeiros para promover sua integração à rede.

Vale ressaltar que aquela Associação, já buscou sem sucesso, a viabilidade desse pedido junto à Sanepar de Campo Mourão, e em razão disso, solicitou que interferíssemos neste órgão estadual para que solucionássemos o impasse.

## REQUERIMENTO N° 1316

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício à Secretaria de Estado dos Transportes, reivindicando a construção de uma ponte na localidade de Santa Iracema, na estrada Velha Goioerê-Cruzeiro, sobre o Rio Goioerê.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as constantes reivindicações recebidas, visando a instalação desta ponte, por parte de um número expressivo de moradores que se beneficiarão com a mesma, haja vista as dificuldades encontradas na travessia do rio acima citado, solicito a viabilização desta obra e o referido apoio desta Secretaria.

REQUERIMENTO N° 1317

Senhor Presidente.

O Deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício à Secretaria de Estado dos Transportes, reivindicando estudos visando a viabilização do asfaltamento do trecho compreendido entre o Município de Mariluz ao Distrito Administrativo de São Luiz.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido encontra respaldo no fato de havermos recebido constantes reivindicações dos moradores desta localidade, em virtude das dificuldades encontradas no tráfego da produção agrícola a ser escoada por este trecho.

Devido à relevância desta solicitação, peço o indispensável apoio e empenho dessa Secretaria, bem como, solicito que seja dado o retorno do pedido ora apresentado.

REQUERIMENTO N° 1319

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviada cópia deste expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura, Dr. René Ariel Dotti, onde solicita viabilizar estudos para que Santo Antônio da Platina seja sede do I Festival do Teatro Amador do Paraná, a se realizar no período de 21 a 30 de julho.

Idêntica cópia seja enviada, também, à senhora Flora Gaudência, Presidente da Fundação Cultural de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com esta postulação, pretende-se, junto ao ilustre Secretário de Estado da Cultura, Dr. René Ariel Dotti, especial empenho para que a cidade de Santo Antônio da Platina venha a sediar o I Festival de Teatro Amador do Paraná a se realizar entre os dias 21 a 30 de julho próximo.

É de se ressaltar que naquele Município, considerado como pólo de concentração de riquezas do Norte Pioneiro, não só pelo seu pujante comércio, pelo empreendimento e capacidade de seu povo, como através das lideranças culturais que integram sua so-

cidade, oferece plenas condições para receber os participantes do festival que será, sem dúvida, colimado de pleno êxito e sucesso.

REQUERIMENTO N° 1327

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Roberto Requião, MD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, solicitando apoio ao mesmo em relação ao repasse de verba às Prefeituras Municipais de Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Palotina e Medianeira, visando a agilização dos trabalhos de implantação de sistemas em poços artesianos já perfurados.

Trata-se de verba via Sudesul a qual será encaminhada ao Governo do Estado que por sua vez repassará à citada Secretaria, sendo que caberá a esta o encaminhamento aos Municípios para a conclusão dos trabalhos.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

As localidades dos Municípios citados, aguardam a liberação de verba que ocorrerá da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para agilizar em poços artesianos, já perfurados, a implantação dos sistemas devidos, o que virá a beneficiar centenas de moradores.

Há muito tempo as comunidades aguardam tal benefício, o que a partir de agora poderá ocorrer com a maior brevidade possível, sendo que para tanto, contamos com a compreensão de Vossa Excelência.

REQUERIMENTO N° 1321

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Iran Roberto Brzezinski, Presidente do Instituto de Terras e Cartografia, Floresta do Estado do Paraná, solicitando informações sobre os processos abertos em 1988 contra agricultores e proprietários rurais responsáveis por queimadas e incêndios florestais.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A volta do período de seca e a coincidência com a época das festas juninas traz de volta a preocupação com os riscos das queimadas e dos balões.

Faz-se necessário grande rigor por parte dos órgãos fiscalizadores, a observância e aplicação das leis e de suas penalidades, para evitar a repetição dos

problemas ocorridos no ano passado, quando grande parte das matas do Estado foram destruídas por incêndios.

O próprio ITCF denunciou que grande parte dos incêndios foi criminosa, forjada com interesse de liberar áreas para a agricultura, consideradas de preservação permanente.

Depende das nossas providências, evitar que ocorram novos danos ambientais no nosso Estado.

#### REQUERIMENTO N° 1320

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, a transcrição nos Anais da Casa do documento anexo, sobre os trabalhadores da Empresa de Correio e Telégrafo, solicitando audiência com o Diretor Regional da ECT/DR/PR, acerca das punições havidas aos trabalhadores por motivo de greve.

Requer-se, também, que desta decisão, seja oficiado ao Presidente da ECT, Sr. Joel Marciano Rauber; ao Diretor Regional da ECT/DR/PR, Sr. Rones Ribeiro Laynes; ao Ministro das Comunicações, Sr. Antônio Carlos Magalhães, e à Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais e Acidentes do Trabalho e de Reparação do Dano Resultante de Crime, nesta Capital, Senhores: Olímpio de Sá Sotto Maior Neto e Lineu Walter Kirchner, para que prestem informações sobre o documento.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 154/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICA - SERASE, com sede e foro no Município de Nova Londrina/Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) JOSÉ FELINTO

#### JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Assistência Social Evangélico - SERASE, criado em 10.05.77, no Município de Nova Londrina/Pr, é uma associação de fins não lucrativos constituída para a promoção do bem estar social e prestar assistência a todos que dele necessitarem, dentro dos recursos disponíveis sem quaisquer discriminações de credo político ou religioso, de raça ou nacionalidade, podendo, promover a educação de base, orientação vocacional e formação

profissional; produzir e distribuir literatura educativa sobre higiene, bons hábitos, habitação, alimentação, e esclarecer sobre os perigos dos males sociais; orientar na formação dos futuros lares e na criação e educação dos filhos; colaborar com as iniciativas públicas e particulares que visem o bem estar; ajudar os necessitados com alimentação, assistência médica, hospitalar, etc., na medida de suas possibilidades.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres pares, com assento nesta Casa de leis, solicitando a sua aprovação.

##### PROJETO DE LEI N° 155/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA CÂNDIDA, com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos da Vila Cândida congrega todos os moradores da Vila Cândida, situados no Município de Campo Mourão, que venham a se integrar à Associação, apoiando as suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos.

Sociedade civil, sem fins lucrativos, político-apartidária, autônoma em suas decisões, a Associação supra mencionada dedica-se desde a sua fundação, 06 de outubro de 1985, a estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores que a constituem, no sentido do desenvolvimento e conquistas na condição de vida dos mesmos e da comunidade como um todo.

Reconhecê-la como de Utilidade Pública, implica intrinsecamente, em reconhecer o próprio espírito de fraternidade e cooperativismo como útil para o alcance de uma sociedade melhor organizada, ciente de seus direitos e compromissada com seus deveres.

Longe de ser apenas mais uma entidade cartorial, a Associação de Moradores e Amigos da Vila Cândida, tem realizado na prática, um trabalho exemplar, na verdade, sem precedentes na região onde atua.

Considerando-se o exposto, temos a certeza de que nossos nobres Pares nesta Casa, homens cientes da importância da organização popular, somarão conosco nesta iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 156/89  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º - Fica concedida a Vera Lúcia Romão, viúva do ex-Prefeito de Porto Rico, senhor Celso Romão de Oliveira, uma pensão mensal no valor equivalente a 02 (dois) salários-mínimos.

PARÁGRAFO ÚNICO: A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art.2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a razão pela qual propomos este projeto de lei prende-se ao fato de falecimento do ex-Prefeito Senhor Celso Romão de Oliveira de Porto Rico, ocorrido em razão de acidente automobilístico no anoitecer do dia 07 de março último,

E ainda, tendo em vista que a família Romão de Oliveira muito contribuiu para o progresso e desenvolvimento dessa Cidade, haja vista que o genitor de Celso também foi Prefeito desse Município, além do que, ele deixou sua esposa Vera Lúcia Romão e seus três filhos menores, para os quais esse auxílio será de extrema valia.

Considerando ainda, que há a jurisprudência de projeto de lei como o de nº 081/89 e outros, é que submetemos a apreciação de Vossas Excelências, esperando contar com a anuência de todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Fina a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Senhor Presidente, Srs.Deputados.

Quero, rapidamente, neste Pequeno Expediente fazer uma análise e uma observação do movimento dos agricultores do Sudoeste do Paraná, com relação à questão do movimento nacional dos sojicultores. Teremos delegação do Sudoeste; de Francisco Beltrão, Renascença, Marmeleiro, Dois Vizinhos, Realeza e Pato Branco que se deslocam, a partir de hoje, dia 26 de junho, a Brasília, no sentido de reivindicar, perante as áreas do governo federal, melhores preços, e recursos de custeio para soja, trigo, e colocar também, a nível de Estado, ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura, Senhor Osmar Dias, a ausência de sementes de feijão para o plantio no Sudoeste do Paraná. E dizer ainda que a coordenação desse movimento a nível

de Paraná se dá através da OCEPAR e da Confederação Nacional da Agricultura. E que no dia 28 a Comissão Nacional vai manter negociações com áreas do governo federal em Brasília, sendo que das 8:00 às 18:00 horas, haverá concentração dos agricultores no Ginásio de Esportes Presidente Médici, em Brasília. E o SUDOESTE será representado pelas cooperativas, pelos associados das cooperativas e pelos sindicatos da região.

Portanto, Senhor Presidente, Srs.Deputados, fica aqui a nossa preocupação com relação à falta de atendimento pelo governo federal das reivindicações dos agricultores do Sudoeste do Paraná, que não são, em hipótese nenhuma, monocultores e que plantam soja, trigo, e feijão ao mesmo tempo em que são suinocultores. E lembrar que, hoje, no Sudoeste o soja está sem cotação e o preço máximo conseguido nesses últimos dias foi de NCZ\$ 15,00 a saca e o custo de produção é mais de NCZ\$ 18,00.

Portanto, devemos reconhecer justiça a esse movimento dos agricultores do Sudoeste do Paraná, que se desloca a Brasília no sentido de reivindicar melhores preços para os produtos que são plantados na região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr.Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados.

Há questão de poucos dias, na tribuna desta Casa, tivemos a oportunidade de fazer nossa denúncia sobre a importação de carne radioativa de Chernobyl, pois entendemos que o fato era e continua sendo de extrema gravidade e terá sérias consequências negativas para toda a suinocultura paranaense.

Hoje faço uso novamente da palavra, para denunciar aquilo que já é sabido de todos, mas que é uma nova agressão à nossa agropecuária nacional, em especial àqueles que acreditando no Governo, acreditavam efetivamente na possibilidade de recompor seus lucros, eliminar os seus prejuízos, tiveram uma dificuldade muito grande e que está realmente assolando a todo o Estado do Paraná, todo este nosso Brasil e que diz respeito ao plantio e comercialização da soja.

A insensibilidade governamental tem sido tamanha, que a soja está sendo comercializada em torno de 15 a 16 cruzados a saca no mercado interno, enquanto aqui, bem próximo, no Paraguai, está sendo vendida pelos produtores a mais de 35 cruza-

dos.

Enquanto nossos produtores investiram em máquinas, equipamentos, calcários, sementes, adubos e inseticidas para produzir mais de 23 milhões de toneladas de soja, recebem como compensação de seus esforços este verdadeiro confisco cambial.

Os produtores estão à beira da falência, pois com os preços recebidos pela saca de soja, jamais poderão fazer frente às despesas que fizeram para o plantio de suas lavouras e some-se ainda altas taxas de juros dos financiamentos bancários que tiveram que contrair junto aos agentes financeiros.

Existe hoje no Paraná e no Brasil, uma grande mobilização da classe produtora, da qual nós, membros do Bloco Parlamentar Agropecuário, membros da Comissão de Agricultura, enfim, todos os Deputados desta Casa não poderemos ficar à margem nem nos mantermos calados.

Urge que também nos mobilizemos para que a força política que representamos seja somada à dos produtores, pois somente assim, através da pressão, o governo federal mudará a sua atitude e atenderá o clamor dos nossos agricultores.

Há dias passados estivemos participando, na sede da OCEPAR - Organização das Cooperativas do Paraná, de uma reunião onde se fizeram presentes as principais lideranças do setor cooperativista do Paraná, e desta reunião, algumas medidas e propostas foram estabelecidas.

Entre as principais propostas naquela ocasião definidas, ficou em primeiro lugar a Constituição de uma Comissão composta pela OCEPAR, FAEP, FETAEP, Secretaria da Agricultura, Bloco Parlamentar da Agropecuária, Sociedade Rural e UDR, tendo como objetivo acompanhar o movimento e manter contatos, articulações com vistas a viabilizar o pleito dos agricultores.

Será convidada também a diretoria regional da ABIOVE para compor esta referida comissão e notem bem, Srs. Deputados, além desta medida inicialmente proposta de se constituir esta comissão, foi também definido e isto vem acontecendo em todo o Estado do Paraná e outros Estados da Federação, a paralisação por completo da movimentação da soja, a paralisação por completo da comercialização a nível das cooperativas e uma luta bastante grande junto às indústrias que trabalham no setor, no sentido de que não moam e não revendam, e não entreguem esse produto para comercialização.

Todos nós temos lido os jornais nos últimos dias, estamos tendo a oportunidade de acompanhar e saber como está andando este movimento, que já obteve um grande sucesso a nível de adesão de produtores, cooperativistas industriais do setor no

Estado do Paraná, mas infelizmente neste momento já começamos a sentir as pressões em cima do movimento dos sojicultores no sentido de desmobilizar esse segmento produtivo do nosso Estado e do País.

Os próprios suinocultores, os avicultores, os bovinocultores de leite, estão a pressionar o movimento, porque estão a ressentir a falta do farelo de soja, integrante maior, integrante básico da formulação das rações que alimentam esses animais.

Estão também já a sofrer pressões de setores ligados ao abastecimento interno do País que já se vêem com alguma dificuldade em suprir a necessidade do abastecimento do óleo de soja largamente utilizado na mesa do consumidor brasileiro.

Estão também sendo já pressionados de alguma forma por alguns setores do Governo que se vêem prejudicados pela quase nenhuma comercialização do produto e com a conseqüente baixa na arrecadação dos tributos, sejam eles estaduais, sejam eles nacionais.

Começa o setor a ser pressionado de alguma forma pelos próprios caminhoneiros que se vêem impedidos de realizar os seus fretes e por conseqüente impedidos de saldar a prestação muitas vezes do seu instrumento de trabalho que é o caminhão.

Vejam, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a que ponto estamos nós, neste momento no nosso País, de um lado os nossos produtos carecendo de que o Governo adote medidas urgentes, medidas necessárias para que os produtores de soja possam ter um mínimo de rentabilidade na sua atividade agrícola. Mas este Governo mais uma vez não comparece com a decisão certa na hora certa. Novamente o Governo comparece com decisões paliativas, com decisões que fogem à sua esfera de responsabilidade, qual seja a de liberar o preço do óleo de soja a nível de consumidor. Nenhuma medida verdadeira do governo, pois ele mesmo não entra com sua parcela de contribuição. Ele joga a melhoria do preço do produtor em cima do aumento do preço do produto à nível de consumidor. Prorroga para setembro os financiamentos como se isso resolvesse o problema, como se isto fizesse com que o produtor vá assegurar o seu produto até setembro, quando ele sabe que os juros estão já explodindo novamente, que a correção monetária que volta pela indexação do BTN, vai fazer com que os custos deste financiamento novamente vá às nuvens. E o produtor também, orientado pelas suas lideranças, pelas suas cooperativas, sabe que não adianta esperar setembro, porque quando a primavera chegar, não serão flores que estarão vindo para os produtores, mas sim, a safra de soja americana que irá represar de novo o preço da soja nacional.

Não adianta também dar o EGF como fator de resolução do problema, porque também não vai resolver.

É claro que todas essas medidas ajudam de alguma forma, mas o resultado prático não atinge o mínimo da expectativa dos produtores que seria de um reajuste cambial, de um ajuste do nosso cruzado em relação ao dólar de pelo menos 23% e a partir daí sendo corrigido mês a mês, dentro do que fosse realmente a nossa taxa inflacionária.

Se isto acontecesse os produtores teriam os seus problemas resolvidos. Como isso não está acontecendo, o produtor permanece às margens das rodovias, fazendo um bloqueio seletivo, impedindo que a nossa soja chegue ao porto ou às indústrias, impedindo que a indústria moa a soja e produza óleo e que esse óleo mesmo produzido saia de lá para o abastecimento.

Mesmo com todas essas medidas que entendemos necessárias, embora antipáticas para a população, o Governo não se sensibilizou e os produtores estão marchando a Brasília, onde haverá, durante a semana, um protesto nacional com vistas a resolvermos o problema da soja, porque hoje é o problema da soja, há meses atrás foi o problema dos cotonicultores, plantadores de algodão, poucos meses atrás estivemos durante mais de 2 anos envolvidos com o problema da suinocultura, da avicultura. Está aí também presente o problema dos bovinocultores de leite que recebem hoje em torno de 30 centavos por um litro de leite produzido, preço inferior inclusive ao de um litro de água mineral.

Portanto, Srs. Deputados, é necessário que estejamos atentos. Nós que temos procurado nesta Casa levar adiante cada vez mais a defesa do interesse do setor produtivo deste Estado, e quando aqui defendemos que os Ministérios da Agricultura e da Saúde tomassem providências com relação à carne vinda da Finalândia. Para nossa felicidade, a carne chegou sim, tiraram-se amostras e, segundo as informações que temos, não existia nenhum problema de contaminação.

Mas nós temos que ficar atentos, temos que levantar diuturnamente a nossa voz porque não poderemos, no futuro, sermos chamados de omissos, sermos responsabilizados por não termos defendido o setor de maior importância deste Estado, que é o setor da agropecuária. Se o governo federal quer continuar omissos, de costas viradas para o produtor brasileiro, nós, os Parlamentares, não poderemos assim permanecer. E é por isso que conclamo a todos vocês, nobres colegas, que entrem em contato com as suas cooperativas, com os seus sindicatos para saber das providências que estão sendo tomadas porque, de repente, se

fará necessário até que venhamos a acompanhar esses agricultores a Brasília.

É lógico que lá temos os nossos Deputados federais e Senadores, é evidente que lá está a frente ampla da agropecuária para politicamente subsidiar e dar sustentação a esse movimento. Mas, se necessário for, e se nós tivermos condições de nos ausentar desta Casa, dado que estamos votando a nossa Constituição, nós iremos convocá-los e pedir que nos acompanhem a Brasília.

Sr. Gernote Kirinus - Vossa Excelência concede-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Orlando Pessuti, agradeço-o.

Pedi este aparte tão somente, nobre Deputado, para parabenizá-lo, parabenizá-lo pela sua brilhante atuação frente ao Grupo agropecuário desta Casa. Sua preocupação em relação à agropecuária tem se sentido diariamente ao longo de toda a sua atuação parlamentar.

Por isso, Vossa Excelência está de parabéns, não só de parabéns, como também Vossa Excelência se cobre de razão porque realmente o setor agrícola, agropecuário, não suporta mais sustentar sozinho a crise nacional. Não podemos admitir que se desconte unicamente de uma classe, a que mais produz e que sustenta esta Nação, os desmandos, a dívida externa em relação ao câmbio oficial.

A política cambial do Governo tem feito com que os nossos produtos ficassem cada vez mais de arrasto e debaixo do preço de custo. É a única classe deste País, ao lado dos trabalhadores brasileiros e dos operários, que produz com prejuízo, que trabalha e, no entanto, não tem um retorno necessário da posição que oferece esta Nação.

Portanto, Vossa Excelência está de parabéns, cumprimento-o e somo-me às suas palavras e desde já pode contar, nobre Deputado Orlando Pessuti, com este Parlamentar caso venha a compor uma caravana para acompanhar os agricultores a Brasília.

O Sr. Sabino Campos - Vossa Excelência concede-me um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Orlando Pessuti, quero parabenizá-lo pelo problema que está levantando e dizer que também estamos solidários porque, além de Deputado, somos produtor rural, e nós conhecemos os problemas que esta classe está vivendo neste momento, num momento em que o Governo beneficia os produtores através da não cobrança dos juros da caderneta verde do Banco do Brasil, e de outra maneira procura recolher esse dinheiro achatando o preço da soja. Mas, acima de tudo, não é só

isso que está em jogo, está em jogo que o Governo quer exportar mais, tirar mais riquezas do Brasil para com isso resolver os seus problemas internacionais, prejudicando a grande maioria daqueles que realmente produzem as divisas, que são os produtores de soja, que há muitos anos vêm dando uma grande participação na busca de cumprir os compromissos do governo brasileiro no exterior.

É claro que nós precisamos, além do que já foi feito, da liberação parcial da taxa cambial, desvalorizações praticamente que diárias, além da liberação do óleo de soja, que aumenta no preço da saca da soja em torno de 5%, ou seja, 80 centavos, precisamos que se faça uma atualização cambial para que o preço da soja talvez não chegue àquilo que os produtores querem, em torno de 25 cruzados, mas que chegue em torno de 20 cruzados e, com isso o nosso produtor venha respirar e cumprir os seus compromissos e, possa plantar a safra de verão para termos uma maior produção para o ano que vem.

Parabéns, Deputado, estamos na luta e, se necessário for, estaremos em Brasília, porque entendemos que através da classe produtora nós poderemos tirar o Brasil da crise.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço o aparte.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - V. Exa. concede-me um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado Orlando Pessuti, nós temos acompanhado há muitos anos nesta Casa o seu trabalho em prol da agropecuária paranaense, quer como Deputado, quer como Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário que V. Exa. vem dirigindo nesta Casa.

Nós sabemos, Sr. Deputado, que os agricultores do Paraná e, destarte, de todo o Brasil, vêm penando nas mãos do governo federal, Governo que não é sensível, Governo que não enxerga as legítimas aspirações do nosso agricultor que vai, que batalha e que no fim vê frustrado o seu desejo de colher um mínimo de lucro para dar um relativo sustento à sua família.

Isso, é evidente, Sr. Deputado, nos entristece, entristece a todos porque tanto V. Exa. como outros companheiros têm tentado fazer com que o governo federal se sensibilize com esse crônico problema que aflige a Nação brasileira. Todo ano, Sr. Deputado, é essa mesma gritaria, essa mesma queixa, o agricultor colhendo, o agricultor não ganhando nem para pagar os bancos.

Mas, Sr. Deputado, nós gostaríamos então de, em mais esta oportunidade sua voz se alevanta em favor do mais carente agricultor, parabenizá-lo e dizer que nós re-

conhecemos o seu trabalho incansável nesse setor. E temos orgulho, ilustre Deputado, de participar com V. Exa. em algumas reuniões com agricultores, seja no interior do Paraná, seja como membros de cooperativas aqui em Curitiba e sempre enxergarmos a atuação dinâmica de V. Exa.

Portanto, nós temos que neste momento parabenizá-lo e solicitar que V. Exa., que conhece tão profundamente a matéria continue nesta luta que é a de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço ao Deputado Artagão e concedo a palavra ao Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - Nobre Presidente do Bloco Agropecuário desta Casa, com o intuito de colaborar e de informar a esse presidente, que nós estivemos, como membro deste Bloco, no Município de Coronel Vivida num movimento de protesto em praça pública, junto aos sojicultores, aos sindicatos, às lideranças do setor produtivo daquela cidade. Estivemos também em Pato Branco reunidos no Sindicato Rural daquele Município, com todas as lideranças também, no mesmo sentido, em voz única neste movimento nacional pelo protesto dos sojicultores. Esperamos, naquelas ocasiões, durante toda a semana, que a nossa presença se fazia em função da nossa participação dentro do Bloco Agropecuário, na sua Presidência, estando ali, dizendo que aqui na Assembléia os Deputados estavam preocupados, externamos a preocupação do Bloco e de todos os Deputados quanto à situação da agropecuária e, especialmente, dos sojicultores da nossa região.

Mas, neste momento levanto também a questão do trigo. Os recursos do trigo até agora não foram passados para os bancos, os agricultores estão à espera dos recursos. Aqueles que estão colocando seu dinheiro colocam em risco e sem seguro, sem garantia nenhuma. Então o Senhor veja, na nossa região do Sudoeste é época de plantar trigo e nenhum tostão sequer está na agência. Então colocamos essa questão e levantamos também a dos recursos necessários para aquela nossa região. Outras regiões não têm necessidade ainda, mas o Sudoeste, como o ciclo é adiantado, não temos ainda os recursos garantidos.

Assim externamos as nossas preocupações em nome do Bloco Agropecuário naquela Região

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço ao Deputado José Rogério como a todos que nos apartearam. E só para se ter uma idéia Sr. Presidente, Srs. Deputados, basta que

olhemos a variação de alguns índices de janeiro até maio de 89 para termos com clareza a defasagem no preço da soja. Enquanto o IPC subiu 120%, o dólar no oficial 63, no paralelo 96, a LFT 118, o crédito rural 53, os preços mínimos 32. O preço da soja de janeiro a maio de 89 cresceu apenas e tão somente 4,89%. É por esta razão que nós estamos dando total apoio a este movimento como já demos a tantos outros da agropecuária paranaense. E quando a gente fala em apoio é necessário que se registre aqui, na tribuna desta Casa, porque aqui também já passou o Governador Álvaro Dias, que tem, de público, nos palanques por onde tem estado no Paraná, de, viva voz, para todos, dito de seu apoio, da sua solidariedade aos sojicultores do Paraná e a todos aqueles que ao longo do seu período de governo tiveram problema no setor da agropecuária. Nós que somos do Vale do Ivaí, a exemplo do Deputado Artagão que também tem sua base de representação naquela região, o Deputado Costenaro, o Deputado Nilton Barbosa, a Deputada Irondi, anteriormente o Deputado Scarpellini, somos testemunhas do apoio que o Governador Álvaro Dias vem dando efetivamente ao setor produtivo deste Estado, seja no que diz respeito ao programa Estadual de Manejo Integrado de Solos e Água, hoje chamados de microbacias, seja no Programa de recuperação dos Agricultores do Vale do Ivaí. E nesse aspecto é necessário, aqui, também, que façamos um registro do empenho pessoal que o secretário Osmar Dias tem colocado nesses movimentos. De todas as reuniões que participamos na Ocepar, lá estava o Secretário Osmar Dias defendendo os interesses dos sojicultores. E não é de hoje que o Osmar Dias, o nosso Secretário, vem atuando com firmeza nesse setor, em todos os movimentos. Quando fizemos uma reunião em Ivaiporã no dia 21 de abril ele lá estava, quando fizemos outras reuniões ele também lá estava, quando entrou na Secretaria da Agricultura ele realmente revolucionou esse programa de manejo Integrado de Solos e Água, implantou um programa com maior vigor de irrigação, criou 17 subprogramas no ramo da pecuária que não tinha, em governos anteriores, nenhum amparo, nenhum estímulo do Governo em termos de pecuária, e o Secretário Osmar Dias veio e implantou isto.

E neste momento em que os agricultores estão cobrando posições do Governo, cobram a participação de todos nós, exigem uma coerência de nossa parte, temos que ser coerentes e vimos aqui dizer do apoio do Secretário Osmar Dias, da sua firmeza, da sua determinação. Isto ele disse também lá no Sudoeste, o Deputado José Rogério lá estava na reunião dos prefeitos. Nós lemos pelos jornais o posicionamento do Deputado

Lauro Lobo Alcantara, do Secretário. Nós temos visto o posicionamento do Governador Álvaro Dias, através de telex ao Presidente. E foi por isto que quando aqui nesta Casa se levantou suspeitas com referência à conduta do Secretário Osmar Dias, que teria de repente dado óleo para um determinado município, saímos naquela ocasião em sua defesa, porque todos os nossos municípios receberam da Secretaria da Agricultura, óleo diesel, para o programa de Manejo Integrado de Solos. E nenhum deles está fazendo campanha para o Senhor Osmar Dias. Está fazendo é para o Deputado Orlando Pessuti.

É lógico que a assessoria do Osmar Dias pode ter exagerado em um determinado momento, porque se em meu gabinete aparecer algum Prefeito, alguma liderança política dos municípios dos nobres colegas e que se demonstrarem alguma vacilação, ou mesmo não mostrando, o meu pessoal está preparado para ir com tudo em cima, para tomar essas lideranças dos outros e trazer para nós.

Talvez tenha sido o excesso de zelo da assessoria do Secretário Osmar Dias, porque óleo diesel ele tem distribuído sim, para muita gente. Todos os meus municípios receberam a sua maioria dos Parlamentares aqui, se forem verificar em seus municípios, verão que a maioria dos municípios do Paraná está recebendo óleo diesel; diga-se de passagem, neste ano numa quantidade muito inferior ao que foi distribuído no ano passado...

O SR. SABINO CAMPOS - É Deputado, diga-se de passagem, independente de partido. Todos os Deputados, independente de partido.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Foi por isso que, naquela ocasião, saímos em defesa do Osmar Dias e hoje, ao fazermos este registro do apoio que ele tem feito em favor dos sojicultores, o apoio destemido que o Governador Álvaro Dias tem dado nos palanques, na televisão, no rádio e na imprensa em geral ao movimento, não levando em consideração muitas vezes até a reprimenda que possa o governo federal estar planejando em cima desse movimento dos agricultores.

Portanto Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo aqui este registro de que fiquemos em alerta, informados e solidários com os sojicultores do Paraná. Ao estarmos solidários com eles, não estaremos apenas apoiando este segmento chamado soja, mas estaremos apoiando toda a agropecuária paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Horá-

rio das Lideranças consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

O SR. ALGACI TULIO - Falará o Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho da Convenção Nacional do PDT que se realizou ontem em Brasília, onde o Partido Democrático Trabalhista oficializou a candidatura a Presidente da República de Leonel de Moura Brizola. O estadista Brizola, que vem de uma viagem à Europa, como vice-Presidente da Internacional Socialista para a América Latina, foi sagrado pela Convenção com a certeza de que sua vitória determinará o início da independência brasileira.

Brizola representa hoje o resgate da cidadania brasileira e representa, sem dúvida, as propostas efetivas que serão implantadas neste País; País do discurso fácil, país que se afunda numa crise muito mais política que econômica, país que não consegue alimentar mais de 80 milhões dos seus filhos, País que tem um Governo decadente sustentado também por uma classe política decadente.

A grave crise que atravessamos neste instante passa pela falta de vontade da elite dominante deste País em não atacar os problemas fundamentais por que nós passamos. Até agora perdurou a maquiagem, perdurou a política que não se aprofunda nos verdadeiros motivos do porquê o povo está sem fraternidade, sem igualdade e sem liberdade - os três fundamentos que iniciaram a Revolução Francesa.

Como pode existir fraternidade num País onde as pessoas, durante todos os instantes, brigam entre si para sobreviver.

É claro que no momento em que os homens se defrontam, orientados pela "lei de Gerson" - lei do levar vantagem em tudo, a lei de quem passa o outro para trás é mais sabido - joga o País na falta de fraternidade e na falta de um futuro claro e limpo.

Que liberdade tem um homem neste País?!

Muita gente confunde a liberdade com a vontade de se expressar. Mas, liberdade não se resume apenas à liberdade de falar, de dizer o que pensa. Liberdade se resume também do trabalhador, no final de semana, poder levar os seus filhos ao lazer e ter recursos mínimos para isso.

Qual é a liberdade da maioria dos brasileiros que não conseguem sequer confraternizar-se com a sua família no aniversário de um de seus membros?

Igualdade! Que igualdade nós temos neste País se as pessoas não têm as mesmas oportunidades, embora aqueles que trabalham são os que têm menos oportunidade.

Isto significa que todos os setores da vida nacional, significa, inclusive, dentro da Assembléia Legislativa, significa nos escalões de Governo e significa também a falta de oportunidade e de igualdade de o trabalhador poder criar o seu filho com conhecimentos suficientes para que ele possa no futuro andar sozinho.

Brizola representa a verdadeira mudança. É esta verdadeira mudança que virá, custe o que custar, porque a História ninguém corta com a tesoura, virá pela profunda transformação sócio-econômica e política dos homens de bem deste País.

A elite dominante sabe que para se alterar este quadro de profunda miséria é necessário que se altere radicalmente as relações econômicas e sociais.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - V. Exa. concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. PAULO FURIATTI - Na sequência. A distribuição de renda é uma distribuição miserável porque a elite dominante está numa situação em que não tem mais pátria.

Os dólares estão na Suíça!

As empresas estão estruturadas!

E se, amanhã este País entrar na miséria da agonia de um processo de convulsão, esta elite dominante que é responsável pela miséria aqui não estará, porque à sua disposição existem todos os interesses internacionais para que eles dêem o pinote e vão embora.

Brizola vai vir ganhar a eleição!

Virá e ganhará a eleição porque todos aqui sabem disso!

E a transformação virá no momento em que nós nos basearmos nos três princípios fundamentais da campanha.

Educação - O homem que desde Governador do Rio Grande do Sul com as "brizolinhas", escolas espalhadas por todos os recantos daquele Estado. Hoje quando saímos fazer campanhas encontramos os gaúchos por estes cantos dizendo: "Eu sou Brizola porque estudei na escola do Brizola". Brizola que vai tratar a terra como deve ser tra-

tada, mas que fundamentalmente vai colocar o "dedo na ferida" da dívida externa e da dívida interna, que é a primeira responsável pelos dramas que acontecem!

Quando vejo o Deputado Pessuti, na tribuna, indignado com a situação do agricultor, é importante Deputado, que façamos uma análise mais profunda do porquê o agricultor vende a saca de soja no Paraguai e recebe 45 cruzados e vende a mesma saca, aqui, recebendo quinze. A saca de soja vale 15 dólares na China, nos Estados Unidos, na Europa, no Brasil, na Alemanha, na Itália, onde quer que seja! Acontece que quando você vende a saca de soja aqui dentro entram 15 dólares no cofre do Governo e ele transforma por um valor fictício de 1,35 cruzados e aí dá 17 cruzados. Mas ele transforma isso por quê? Tem gente que quando você fala de dívida externa não liga ao roubo que se processa todo dia na dívida externa, porque quem a paga somos nós. Quem está pagando a dívida externa é o produtor da soja, de sapato, de cinto, de automóvel, do trabalhador que está explorado porque o carro não tem competitividade internacional. Estes 15 dólares ... Mais um minuto, Senhor Presidente.

Estes 15 dólares se transformam aqui em 15 ou 17 cruzados. E esta dívida que Sarney já pagou 52 bilhões de dólares apenas de juros; esta dívida que suga o produto nacional e manda para fora, vai ter que ser renegociada. E para ser renegociada, há necessidade de duas condições básicas: primeiro, legitimidade; e segundo, vontade política para confrontar este mercado internacional. E a dívida interna, que consome 25 bilhões de dólares em subsídios e isenções de impostos para os grupos incrustados no Rio e São Paulo, 25 bilhões de dólares nas mãos de meia dúzia, porque qualquer brasileiro que queira iniciar uma pequena produção vai ao banco e a taxa de juros é de 40%.

Vou ficar lhe devendo o aparte, nobre Líder. Mas, para completar e agradecendo a boa vontade do Presidente Anibal Khury, os homens de bem deste País precisam deixar de se levar pelas notícias falsas ou fabricadas em laboratórios, de produtos que tem rótulo mas não têm conteúdo! E nós todos devemos nos abraçar, pensando neste País. Neste País que definitivamente vai ter o seu rumo.

E encerro, aqui, como Brizola encerrou a Convenção Nacional do PDT, em Brasília: "Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil!"

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Antônio Cos-

tenaro.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados; nós ouvimos hoje no Horário inicial desta Assembléia o pronunciamento do Deputado Pessuti, quando se manifestava praticamente sobre as atividades do Bloco Parlamentar Agropecuário desta Assembléia. E mais precisamente, a atividade extraordinária que exerce o Deputado Orlando Pessuti, através deste Bloco, chamando-nos, aglutinando-nos a todo o momento para as discussões em torno dos interesses que afligem um setor ou outro de agricultura. Não quisemos apartear-lo porque faríamos o nosso pronunciamento no Horário das Lideranças do Partido da Frente Liberal.

Deputado Pessuti, nós somamos e Vossa Excelência sabe, as preocupações de Vossa Excelência as preocupações dos setores organizados, os movimentos agrícolas do Paraná, somamos as preocupações dos Parlamentares de toda esta Assembléia, porque um Estado agrícola, essencialmente agrícola, como o nosso, não poderia naturalmente, ser diferente.

Talvez nós, que militamos na agricultura, os que plantam e que produzem, tenham uma visão maior, uma preocupação mais ampla, uma visão correta do que acontece com a agricultura. E acredito eu que, se aqueles que não têm essa atividade, pela nossa manifestação ou dos grupos organizados, pelo sofrimento visto e vivido pelas classes produtoras, devem conscientizar os cidadãos do Estado do Paraná e do Brasil.

Imagino que o Governo Federal se compõe nas discussões das decisões do Governo como acontece em época dos jogos da seleção brasileira. Todos os brasileiros que acompanham e gostam de futebol se transformam em técnico. Todos entendem como se deveria fazer para resolver o problema e o País ser campeão, lembrando os momentos de glória que o País viveu.

E a agricultura também é assim. Eu acredito que lá em Brasília encastelados nos escritórios, nas escrivatinhas modernas, nos edifícios de mármore, no conforto em que vivem os técnicos e que acediam o governo federal, nas suas contas e, sem razão nenhuma, a agricultura é um lugar mais promissor de se viver neste País. porque assistem através dos canais de televisão à demagogia de ministros e ministros e todos os outros que se propagam querendo conquistar espaços na política nacional dizendo que a agricultura é pujante, produz milhões de toneladas, enriquece os homens cada vez mais.

E, no entanto, nós sabemos que a agricultura tem sofrido nos últimos anos toda a má sorte da ingovernabilidade deste País. E que os agricultores não abandonam

a agricultura porque não saberão o que fazer com as suas terras com seu maquinário, com seus empregados, com aqueles que lá vivem e nós passamos mais uma vez por uma grande decepção que não é novidade na agricultura. Quando o Governo quer beneficiar não sei quem a agricultura, como já foi dito por tantos outros parlamentares que aqui se pronunciaram, ela vê o Estado, a Nação vizinha vender um saco de soja a 45 cruzados e com uma alta lucratividade onde a terra vale 1/3 do que vale aqui no Brasil; 1/10 talvez do que vale no Brasil. E aqui nós temos que vender um saco de soja tomando nos dias de hoje, 4 cruzados de prejuízo do valor de produção a 15 cruzados, a 14 cruzados, a 12 cruzados lá no Mato Grosso inviabilizando o sonho de milhares de trabalhadores, de homens do campo que lutam para sobreviver e conseguir dias melhores.

Uma hora é a agricultura, outra hora é a bovinocultura, outra hora é a suinocultura, o hortifrutigranjeiro e a agricultura sempre paga a conta. Outra hora é a cafeicultura.

Isso tudo é fruto de um país que é governado por elites, como já disse o Deputado Furiatti aqui, incompetentes, que mantêm-se no poder a sangue, suor e lágrimas, principalmente da grande classe trabalhadora deste País.

Portanto, Senhores Deputados, é necessário que somemos junto ao Deputado Orlando Pessuti, que lidera o bloco parlamentar e que somemos junto às comissões, à Ocepar que organiza uma greve descente, uma greve exemplar neste País, aonde os agricultores com a sua bondade com a sua seriedade, com o respeito, não sendo respeitados pelos governantes, mas com todo respeito fazem uma greve pacífica, serena, reivindicando o direito de continuar vivendo. Portanto, Senhores Deputados, é necessário que nos unamos para ir a Brasília, fazer com que o Ministro da Agricultura, o Presidente Sarney, o Ministro Mailson da Nóbrega e todos os segmentos que possam apoiar a agricultura, nos respeitem, nos dêem o direito de pelo menos continuar plantando, se não tivermos lucro, se não conseguirmos viver melhor, fazermos pelo menos, a beleza que a agricultura faz neste país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra, representação do PTB.

(Declina).

Representação do PTN.

(Declina).

Representação do PRN.

(Declina).

Representação do PDC.

Com a palavra o Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de entrar no assunto que me traz à tribuna é importante que se destaque, se nós cotejarmos o que está acontecendo no Brasil, com os produtores de soja, que ainda é uma categoria privilegiada, e que está sendo castigada pelo Governo e que está tendo prejuízo, há que se perguntar: e os coitados dos trabalhadores, onde andam com esse Governo de arrocho salarial?

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu concordo com os argumentos todos, expostos nesta tribuna, pelo Deputado Paulo Furiatti, a respeito também do quadro nacional, embora os argumentos dele possam também ser utilizados por mim, é bom que se destaque que o meu candidato é Mário Covas.

Por último, Sr. Presidente, venho à tribuna desta Casa, hoje excepcionalmente, para elogiar um ato do Governo Estadual. Ele está correto, deve ser elogiado, porque não faço oposição sistemática e não vim a esta Casa apenas para criticar. Critiquei, critico e criticarei S. Exa. o Governador do Estado, sempre que for necessário, e já amanhã voltarei à tribuna desta Casa, para denunciar fatos importantíssimos. Mas hoje, é preciso cumprimentar Sua Excelência. O ato praticado pelo governo estadual, entregando o Parque Estadual de Vila Velha e Ponta Grossa, é um ato correto, é um ato decente, é um ato honesto e um ato que faz justiça com a capital cívica do Estado do Paraná.

Lamento profundamente que um ou outro cientista, ainda embalados pela psicose ambiental, que abala este País, estejam a afirmar que a Prefeitura de Ponta Grossa e o município de Ponta Grossa, não teriam condições suficientes para cuidar daquele patrimônio histórico e arqueológico que é o Parque de Vila Velha. Este pessoal deveria conhecer primeiro as tradições cívicas e culturais de nossa terra, para saber perfeitamente que, mais do que ninguém, Ponta Grossa foi a primeira cidade do Paraná a dar o seu grito em defesa da ecologia e de seus monumentos históricos.

Temos condições, sim, através da Prefeitura, e mais do que a Prefeitura a consciência da comunidade pontagrossense, há mais de 50 anos tem demonstrado que ela defende Vila Velha. Se existe alguma coisa de errada em Vila Velha, ela não foi praticada nem construída por pontagrossenses, nem pelo Governo atual, e nem pelo Governo de José Richa, foi em governos anteriores. Mas, nem tudo que foi feito pelos governos anteriores está errado, em Vila Velha pois, ao que me parece, algumas das pessoas que insistem em defender a tese de que não se pode fazer nada em Vila Velha

ainda querem espantar o turista, para que ele não vá a Vila Velha e não vá com medo de encontrar cobras, aranhas, etc. Vila Velha está cuidada e será melhor cuidada ainda pelo povo, pela comunidade e pela Administração honesta que existe no nosso Município.

Parabéns ao Governador Álvaro Dias, nesta oportunidade.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Com a palavra a representação do PDS.

(Declina)

Havendo declinado, com a palavra a representação do PSDB.

Ouviremos com prazer, a palavra do nobre Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago a esta Casa a apreciação de um requerimento, pedindo informações à empresa de correios e telégrafos, com relação à demissão de 113 funcionários, e uma comissão de investigação para avaliar a participação de cada funcionário daquela empresa na última greve.

Esse pessoal da empresa de correios e telégrafos não leu a Constituição que garante o direito de greve. Realizada a greve, vêm agora abrir um inquérito administrativo que estrapola os próprios objetivos a que se propõem de investigar a participação na greve, adentrando em perguntas de caráter subjetivo e político, que é direito de cada cidadão.

Esta comissão está perguntando aos funcionários a que partido pertencem. Se participou da greve, qual é a sua tendência ideológica, e por aí afora.

Que tempos são esses Sr. Presidente, Srs. Deputados, em que ainda temos comissões gerais de investigação transformadas em comissões de inquérito ou de averiguação, ou de sindicância interna da empresa de correios e telégrafos?

Será que este tão malfadado direito de greve na concepção de alguns, deve ser sempre fiscalizado, deve ser investigada a participação?

Recentemente o Congresso aprovou a lei, que regulamenta a greve. Como se ater a isto apenas se a lei já existe regulamentando a participação. E aliás, esta greve foi feita antes da aprovação da lei no Congresso Nacional, portanto não há nada que investigar.

Nesse sentido é o requerimento pedindo informações, e encaminhando ofício ao Diretor Geral da Empresa de Correios e Telégrafos, do Paraná; ao Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. E estamos encaminhando também à Promotoria de defesa dos direitos e garantias constitu-

cionais e acidentes do trabalho e de reparação de dano, resultante de crime, que funciona na capital do Estado.

Nós temos aqui no Paraná, criado pela Procuradoria Geral da Justiça, uma Promotoria especial, que analisa os direitos, a defesa dos direitos e garantias constitucionais. Nada melhor que esta Promotoria, ao tomar conhecimento desta denúncia que faz o Sindicato: "Verifique até que ponto pode a empresa de correios e telégrafos proceder à uma investigação obscurantista e autoritária em relação às tendências ideológicas co-partidárias ou de participação ou não, no movimento grevista.

Não é esse o objetivo que têm os funcionários dos correios e telégrafos, quando realizaram a greve. A greve provoca o quê? Provoca de um lado a discussão das reivindicações dos trabalhadores e de outro lado a posição do patrão. Havendo entendimento se elabora um contrato coletivo e se cumpre. Não havendo entendimento existe para isso a justiça do trabalho que vai decidir, transforma isso em norma, em sentença, que as partes também vão cumprir, cessando aí, portanto, a participação do patrão no movimento grevista.

Ora, se tivermos uma sentença judicial mesmo assim essa sindicância vai até quando? Vai ouvir quem? Quantos? Todos? Nenhum? Alguns? Qual é o objetivo dessa investigação? Tão genérica, mas tão ampla e tão perigosa?

Os próprios sindicalistas denunciam e falam que a comissão escamoteia as suas reais intenções; pessoas convocadas para depor na citada sindicância atestam serem os inquéritos permeados de ameaças, insinuações, afirmações, indagações, citações e pressões psicológicas somente ocorridas em épocas imediatamente posteriores ao golpe de 64 que levou os militares ao Poder. As práticas, motivos e inquéritos desta comissão precisam ser explicitadas e comunicadas à opinião pública.

Não se admite que sessões de tortura psicológica, esta é a verdadeira tortura psicológica, porque faz indagações, afirmações, insinuações, e a própria tortura, seja de que tipo for, é proibida constitucionalmente. Não se admite que sessões de torturas psicológicas de demissões injustas, continuem ocorrendo, no caso específico da Empresa de Correios e Telégrafos violou-se a Constituição, quando funcionários foram dispensados por motivo de greve e o acordo coletivo do trabalho da categoria, quando a direção da Empresa de Correios e Telégrafos se nega a cumpri-lo em vários de seus itens. Ora, fazem o acordo e depois se negam a cumprir. Este é um País em que não se cumprem leis! Este é o País em que quem está no poder se acha o dono da verdade, tem a sua constituição

particular, através de regulamentos, resoluções, decisões autoritárias de quem está lá; que deve representar, acima de tudo, a vontade da lei, a vontade da Constituição. Mas, se não quiser representar isso, que represente pelo menos a sua vontade, porque assinou um acordo cumpra aquilo que fez ou então não tem sentido o valor do acordo.

É esta a preocupação nossa, é essa a nossa indignação. Ou essa gente entra nos eixos da lei - e a lei agora é legitimada porque a Constituição é legitimada - ou a lei faz com que eles saiam da administração, não estão adequados aos momentos de democracia. Esse pessoal absorveu muito aquela formação autoritária, se alimentou diariamente, tomou café, jantou e almoçou autoritarismo e não fogem dessa concepção. É engraçado! Não cumprem a Constituição mas, assinam um acordo e daí não cumprem o acordo que assinaram. Não valem nem a assinatura do cidadão. Aliás, falar em assinatura, eu já disse aqui e não custa repetir, o Presidente Sarney quantas vezes assinou tantas coisas e nada valeu. Para citar uma: assinou o Plano Nacional de Reforma Agrária, honrou sua assinatura? Não honrou. Na medida em que o Presidente não honra seus propostos como diretores de correio e seu Ministro das Comunicações, também não têm obrigação de honrar.

Esta é a República em que a assinatura dos seus governantes tem o valor igual a zero.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

#### ORDEM DO DIA

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) Senhor Presidente, a Comissão Constitucional fora convocada para as vinte horas de hoje, mas, por decisão, a pedido e a requerimento das lideranças das bancadas nesta Casa, e membros também da Comissão Constitucional, a reunião que seria levada a efeito às vinte horas será antecipada para logo após esta reunião Plenária da Assembleia Legislativa.

Assim, comunicando o deferimento do pedido dos senhores líderes que pedem antecipação, quero solicitar aos Senhores Membros da Comissão Constitucional para permanecerem aqui no plenário logo após a presente sessão.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - O Senhor Deputado Basílio Zanusso solicita aos

Senhores Deputados que fazem parte da Comissão Constitucional que, após esta Sessão, haverá reunião da referida Comissão. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, mensagem do Sr. Governador do Estado, solicitando autorização para eventuais afastamentos do País, que, no interesse da administração, venham a ser necessários. - À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Alberto Oliveira, José Alves, Ezequias Losso e Edmar Luiz Costa, na qualidade de líderes do PDS, PTB, PL e PDC, constante do expediente, comunicando a formação do Bloco Democrático Liberal Trabalhista Cristão. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente, comunicando que deverá ausentar-se do País no período de 22 de junho a 07 de julho do corrente ano, em viagem aos Estados Unidos da América do Norte e Canadá, representando o Estado e o Brasil como membro da Igreja Assembléia de Deus. - À Diretoria de Assistência ao Plenário, para as providências cabíveis.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, comunicando sua filiação ao Partido da Reconstrução Nacional, passando a integrar a referida bancada nesta Casa. - À Diretoria de Assistência do Plenário, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 32/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, qual o teor do requerimento, porque nós não ouvimos o que está sendo votado nesse instante.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Prefe-  
rência de votação para o Projeto de  
Resolução nº 32/89, item 21 folha 05. Os  
Senhores Deputados que aprovam queiram  
conservar-se como estão. APROVADO.

De conformidade com o requerimento de  
preferência de votação acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº  
32/89, de autoria do Deputado Quielse Cri-  
sóstomo, que atribui gratificação de verba  
de representação a funcionários deste Po-  
der, conforme especifica.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32/89  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Aos inativos é assegurada a  
gratificação de verba de representação,  
paga aos funcionários em atividade, obser-  
vada a correlação dos cargos de Simbologia  
DAS.

Art. 2º - Aos ocupantes dos cargos de  
Consultor Técnico às Comissões, Consultor  
Legislativo, Jornalista, Redator, Médico,  
Dentista, e Secretário de Comissão, do  
Quadro de Pessoal efetivo da Secretaria  
deste Poder, fica concedida a percepção de  
verba de representação na base de 80% (oi-  
tenta por cento), sobre o vencimento bási-  
co.

Art. 3º - As despesas decorrentes da  
execução desta Resolução correrão à conta  
das dotações orçamentárias vigentes deste  
Poder.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vi-  
gor na data de sua publicação, surtindo  
efeitos a partir de 1º de junho de 1989.

Sala das Sessões, em 13.06.89.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A proposta ora colocada à discussão  
visa corrigir distorções e regulamentar,  
neste Poder a percepção de verba de repre-  
sentação dos cargos previstos neste Poder.  
Os Senhores Deputados que aprovam o proje-  
to queiram conservar-se como estão.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir o pro-  
jeto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para en-  
caminhar a votação, dez minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar- Se-  
nhor Presidente, Senhoras e Senhores  
Deputados, demais presentes.

Hoje nós temos na Ordem do Dia, dois  
projetos de resolução que se assemelham  
no seu conteúdo, por isso é que eu faço  
uma discussão única, porque temos que ga-  
nhar tempo pois a Constituinte é prioritá-  
ria neste momento, então quero dentro des-  
sa discussão deste projeto nº 32/89, dis-

cutir também o Projeto de Resolução nº  
35/89, colocar em apreciação as nossas  
considerações e posteriormente nos delibe-  
raremos.

O Projeto de Resolução nº 32/89, de  
autoria do Deputado Quielse Crisóstomo,  
que atribui verba de representação a uma  
parcela dos servidores desta Casa. Temos  
também outro Projeto de Resolução sob nº  
35/89, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio  
Machado, que altera a remuneração dos ser-  
vidores dos gabinetes parlamentares.

Eu quero dizer, Senhor Presidente, Se-  
nhores Deputados, que os dois projetos re-  
fletam uma preocupação justa com a melho-  
ria dos baixos salários percebidos pelos  
Servidores desta Casa.

Todos aqui são testemunhas que nós  
sempre defendemos a causa dos trabalhado-  
res e particularmente dos servidores  
públicos estaduais, nunca tenho poupado  
críticas à política salarial arrochante e  
desumana praticada pelo Governo do PMDB do  
Paraná.

Também tenho sido incansável adversá-  
rio das iniciativas que acentuam as desi-  
gualdades, privilegiando setores minoritá-  
rios e em detrimento da maioria dos traba-  
lhadores ou dos servidores públicos.

Os Servidores Públicos do Estado do  
Paraná, estão agora com os seus salários  
depauperados, esse empobrecimento é fruto  
de uma política salarial perversa pratica-  
da pelo Governo Álvaro Dias ao longo dos  
últimos dois anos.

Essa constatação pode ser feita toman-  
do-se por base qualquer parâmetro. No  
atual Governo o poder aquisitivo dos ser-  
vidores foi achatado brutalmente, é algo  
incontestável. Basta tomar como exemplo o  
magistério, que no Governo de José Richa,  
Governo anterior ao Governo Álvaro Dias,  
conquistou um piso salarial correspondente  
a três salários-mínimos.

Neste mês o piso deveria ser no mínimo  
de duzentos e quarenta cruzados, ao passo  
que o Governo do Estado do Paraná está pa-  
gando a metade desse valor.

O Governo do Paraná não pode ser apon-  
tado como único culpado por essa situação.  
Em todos os momentos o Governo do Paraná  
encontrou apoio da sua bancada aqui neste  
Parlamento, portanto, a bancada governista  
aqui neste Parlamento também é responsá-  
vel, é co-autora do arrocho salarial, vi-  
vido neste momento pelos funcionários  
públicos.

Fiz esse apanhado para conclamar que  
sempre fui, e sou, um dos primeiros a res-  
ponsabilizar este Governo pelo arrocho sa-  
larial que atinge indistintamente todos os  
servidores.

Sempre fui um dos primeiros a reclamar  
a definição de uma política salarial jus-  
ta, digna e capaz de garantir aos servido-

res um ganho mínimo para sustentarem suas famílias com dignidade.

Hoje, temos no Paraná mais que 180 mil servidores mal pagos o que significa que nós temos mais de 180 mil famílias cada vez mais empobrecidas.

Aparentemente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os dois projetos em apreciação partem da constatação de que é preciso enfrentar a questão salarial. Mas essas iniciativas, a meu ver, são equivocadas. Por quê? Porque está privilegiando alguns e está omitindo outros. E o que é de estranhar mais ainda: acho que é minimamente irônico essas duas iniciativas, porque essas duas iniciativas partem dos Deputados que são responsáveis pelo arrocho, dos Deputados que são integrantes da Bancada Governista e da Bancada do PMDB. São aqueles que são co-responsáveis pelo arrocho salarial que vivem hoje todos os funcionários públicos do Estado do Paraná. O primeiro projeto, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo, não envolve globalmente todos os servidores desta Casa.

O segundo projeto cria um verdadeiro caixa 2. Ele substitui o salário que falta por uma verba de representação, que é isto que diz o projeto n° 32, Projeto de Resolução n° 32, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo.

Então, ao invés de se corrigir o salário que está defasado, adiciona-se aí para uma dúzia, ou duas dúzias, uma verba de representação que se procura sanar de um tipo de caixa 2, no salário.

Digo que sempre fui um dos primeiros a defender e a reconhecer a espoliação do salário dos funcionários. Mas pela ótica que orienta a nossa atuação, eu quero dizer, sem peso de consciência que neste momento tenho que me opor a esses dois projetos.

Nós sempre temos denunciado aqui nesta tribuna iniciativas com tal semelhança. A nossa posição tem se regido e este Parlamento deveria adotar esta postura de reconhecer o arrocho salarial imposto a todos os funcionários públicos, e teríamos que aqui dar uma correção minimamente justa para todos os servidores públicos do Paraná.

Não estou esquecido, ainda, que há um mês atrás este Parlamento, por responsabilidade da Bancada governista não deu os 39% de reposição para todos os funcionários públicos. Agora, depois disto em apenas um mês depois, vamos lembrar, aprovamos aqui uma verba de representação para algumas dezenas de funcionários do Tribunal de Contas que tem 80% de verba de representação.

Estamos aprovando aqui uma resolução que dá 80% para quem tem nível superior nesta Casa. Estamos começando a votar hoje

uma resolução que dá 80% para quem presta serviço técnico aqui nesta Casa.

Então estamos escolhendo. Agora tem mais um projeto aqui, que será apreciado na sequência aonde vamos ajeitar a vida dos cargos de Gabinete, os comissionados de Gabinete. Então, para estes, vamos dar uma ajeitada.

E eu pergunto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e os demais? E a maioria? ... Quando é que será levantada a voz em favor deles? Eles continuarão com o mísero salário, continuarão arrochados até quando?

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, lamentavelmente eu tenho que votar contra esses dois projetos e manter aqui esta posição: que este Parlamento, que esta Casa Legislativa deveria ser a primeira a erguer a voz e não acatar tratamento diferenciado, mas sim fazer justiça, estabelecer aquilo que é possível para todos os funcionários públicos do Paraná.

Era isso que gostaríamos de ver aqui, mas medidas realistas que visam restabelecer imposto pela maioria neste Parlamento e pelo Palácio Iguazu.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em votação o Projeto de Resolução n° 32/89.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, em parte eu dou inteira razão ao Deputado Pedro Tonelli, só que eu votarei favoravelmente à proposição porque não se justifica prejudicar aquelas pessoas que estão necessitando do reajuste dos seus vencimentos. Por isso, eu votarei favoravelmente.

Agora eu quero renovar a V. Exa. e aos nobres Srs. Deputados componentes da Comissão Executiva, Deputado Tadeu Lúcio Machado, Deputado Werner Wanderer, no sentido de que a Mesa estude uma efetiva reestruturação nos quadros de pessoal da Assembléia Legislativa do Estado porque o salário percebido hoje por alguns servidores deste Poder é simplesmente vergonhoso. Levando-se em conta de que num passado ainda bem recente a Assembléia Legislativa, se não tinha vencimentos superiores, pelo menos eram iguais aos demais servidores do Estado, e hoje algumas categorias estão defasadas a ponto de perceber até 50% a menos que os demais Poderes do Estado.

Então, há necessidade de que a Comissão Executiva num gesto de nobreza, que é característico de V. Exa., encaminhe a este Plenário um estudo que possa efetivamente, pelo menos, atualizar os vencimen-

tos do pessoal da Assembléia Legislativa do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero registrar o meu posicionamento em relação aos dois projetos de resolução que tramitam nesta Casa. O de nº 32 devo dizer que voto favoravelmente, mas com o compromisso aqui de, amanhã, na próxima sessão, apresentar emenda estendendo a todos os servidores do Legislativo o que está sendo dado a essas categorias especificadas no projeto.

Ao segundo projeto de resolução eu quero dizer que, nosso entendimento, muito importante seria se o debate tivesse sido democratizado. Em função de não ter sido democratizado até o presente momento o debate sobre a elevação de gastos mensais de mais de 2 mil cruzados por gabinete, eu voto neste momento contrariamente e apresentando provavelmente no dia de amanhã uma emenda que regule a destinação desses recursos porque está muito vaga a forma da redação deste projeto que ora está sendo votado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, registre o meu voto contrário.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, gostaria de registrar também o meu voto contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os votos serão devidamente anotados e registrados.

Passaremos a apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 81/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que concede pensão mensal a IRENE TASSI SAVOLDI, viúva do ex-Prefeito do Município de Ourizona, IRINEU APARECIDO SAVOLDI, no valor equivalente a 3 (três) salários-mínimos de referência. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de lei nº 323/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que cria o Distrito Administrativo de CASA BRANCA, Município de Xambê, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de autoria do Sr. Depu-

tado Nelson Vasconcellos, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

# EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

AO PROJETO DE LEI Nº 323/84

Art. 1º - Fica criado, no Município de Xambê, o Distrito Administrativo de Casa Branca do Oeste, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes: "Tem como ponto inicial e final, a ponte sobre o rio Paracai, divisa intermunicipal com Umuarama, na Estrada Icaraima ou Galina; seguindo pela Estrada Icaraima ou Galina até o entroncamento com a Estrada Pavão; divisando com o Distrito de Pindorama do Oeste; pela Estrada Pavão, até a ponte sobre o ribeirão Miriquina na divisa com o Distrito de Elisa; deste ponto, subindo o ribeirão Miriquina até a foz do córrego Mundêo, ainda, divisando com o Distrito de Elisa; daí, pela divisa entre os lotes 84 (inclusive) e 85 (exclusive) até alcançar a Estrada Mirta; pela Estrada Mirta até a Estrada Walquíria, ainda na divisa com o Distrito de Elisa; seguindo pela Estrada Walquíria, até o seu entroncamento com a Estrada Abandonada; pela Estrada Abandonada, seguindo no sentido de Casa Branca do Oeste, até a divisa entre os lotes 622 (inclusive) e 621 (exclusive); seguindo pela divisa dos lotes, até a Estrada Mestre, na divisa distrital com Xambê; pela Estrada Mestre, até o seu cruzamento com a Estrada Caramuru; daí pela estrada Caramuru, até a ponte sobre o córrego Caramuru, ainda divisando com Xambê; deste ponto, desce pelo córrego Caramuru até a sua foz no rio Paracai, na divisa intermunicipal com Umuarama; daí, descendo o rio Paracai, até a ponte na Estrada Icaraima ou Galina".

## MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE CASA BRANCA DO OESTE.

"Tem como ponto inicial e final o cruzamento da Estrada das Chácaras Oeste com a Estrada das Chácaras Norte pela Estrada das Chácaras Norte até a Estrada das Chácaras Sul; pela Estrada das Chácaras Sul até a Estrada das Chácaras Oeste; pela Estrada das Chácaras Oeste até a Estrada das Chácaras Norte".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.86

(a) Nelson Vasconcellos

Apoiamento: João Arruda, Anibal Khury, Lauro Lobo Alcantara, Gernote Kirinus, Valderi Mendes Vilela, Hermas Brandão, Ezequias Losso, Sérgio Spada, Djalma de Almeida César, Paulino José Delazeri, Antônio Costenaro Neto, Amélia Hruschka. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº

324/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que cria o Distrito Administrativo de PINDORAMA, Município de Xambê, e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 326/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que cria o Distrito Administrativo de ELISA, Município de Xambê, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
AO PROJETO DE LEI Nº 323/84

Art. 1º - Fica criado, no Município de Xambê, o Distrito Administrativo de Elisa, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Tem como ponto inicial e final, a ponte na Estrada Mestre, sobre o córrego Cantinflas, na divisa distrital com Casa Branca do Oeste e Xambê; deste ponto, desce o córrego Cantinflas até a foz do córrego Boa Vista; daí subindo pelo córrego Boa Vista, até a foz do córrego Ponta Alta, ainda divisando com Xambê; pelo córrego Ponta Alta acima, até a ponte na Estrada Sátiro; pela Estrada Sátiro, ainda divisando com o Distrito sede, até o entroncamento com a Estrada Cascata; deste ponto pela divisa entre os lotes 10 (exclusive) e 154 (inclusive), até a cabeceira do ribeirão Cascata; daí, ainda divisando com o distrito sede, desce o ribeirão Cascata até o rio Xambê, na divisa intermunicipal com Iporã; pelo rio Xambê, até a ponte na Estrada Dourados, na divisa intermunicipal com Pérola; pela Estrada Dourados, até o cruzamento com a Estrada Mestre, na divisa distrital com Pindorama do Oeste; pela Estrada Mestre até o entroncamento com a Estrada Macaúbas; pela Estrada Macaúbas, até a ponte sobre o córrego Miriquinha; pelo córrego Miriquinha abaixo, até a sua foz no ribeirão Miriquinha, divisando com o Distrito de Casa Branca do Oeste pelo ribeirão Miriquinha acima, e depois pela divisa dos lotes 84 (exclusive) e 85 (inclusive), até a Estrada Mirta; pela estrada Mirta, ainda divisando com o distrito de Casa Branca do Oeste, e depois pela Estrada Walquíria, até o seu entroncamento com a Estrada Abandonada; pela Estrada Abandonada, no sentido de Casa Branca do Oeste, até a di-

visa entre os lotes 622 (inclusive) e 621 (inclusive); pela divisa dos lotes, até a ponte sobre o córrego Cantinflas, na Estrada Mestre, divisa distrital com Casa Branca do Oeste e Xambê.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE ELISA.

"Tem como ponto inicial e final o encontro da rua São Paulo com a rua Minas Gerais; pela rua Minas Gerais até a rua Rio Grande do Sul; pela rua Rio Grande do Sul até a rua Sem Nome; pela rua Sem Nome até a rua São Paulo; pela rua São Paulo até a rua Minas Gerais."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em, 02.12.86

(a) Nelson Vasconcellos

Apoiamento: Anibal Khury, Hermas Brandão, Ezequias Losso, Sérgio Spada. (Aprovado).

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 325/88, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. ARIOSTO DARIVA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 48/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 31/89), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tomazina um imóvel urbano, que deverá abrigar órgãos da Prefeitura Municipal e outros órgãos públicos do referido Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 54/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA ESPIRELA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 85/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que concede pensão mensal a Senhora CARLA MONTANI PEREIRA, viúva do ex-Prefeito do Município de São Pedro do Ivaí, Aloísio Alves Pereira, no valor equivalente a 3 (três) salários-mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA de Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 085/89

O Artigo 1º do Projeto de Lei nº 085/89, passará a ter a seguinte redação:

"Fica concedida a Senhora MARIA CARLA MONTANI PEREIRA, viúva do ex-Prefeito Municipal de São Pedro do Ivaí, ALOÍSIO ALVES PEREIRA, pensão mensal a equivalente a dois (02) salários-mínimos de referência." Parágrafo Único: A pensão que trata esta lei deixará de ser devida, caso a beneficiária venha contrair novas núpcias.

O Artigo 2º permanece inalterado.

Sala das Sessões, em 15.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Amélia Hruschka, Lindolfo Júnior, Lauro Lobo Alcantara, Artagão Mattos Leão.

Em votação o projeto. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 87/89, de autoria do Deputado PEDRO TONELLI, que declara de Utilidade Pública a "COMISSÃO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DE CÉU AZUL" com sede e foro no Município de Céu Azul. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO -Do Projeto de Resolução nº 15/89 (Mensagem nº 23/89, ex-Proposição nº 24/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênio celebrado em 28.12.88 entre o Estado do Paraná, coadjuvado pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e a União, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, com a interveniência do Ministério da Saúde, do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, objetivando a execução de Ações experimentais em Saneamento Rural no âmbito do Programa Estadual de Saneamento Rural do Paraná. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 16/89 (Mensagem nº 27/89), ex-Proposição nº 25/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios e termos aditivos celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os Municípios, datas e objetivos que especifica. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 17/89 (Mensagem nº 28/89, ex-Proposição nº 26/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos que especifica;

e ainda os Termos Aditivos a convênios celebrados em 19 de outubro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, cujos objetivos se encontram adiante mencionados. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 117/85, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sacerdote LEONARDO BOFF, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada por 30 (trinta) sessões, do Projeto de Lei nº 117/85. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela ordem) Qual o projeto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concede o Título de Cidadão Honorário.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, eu voto contra o adiamento da votação do projeto de Cidadania Honorária porque nós, aqui, quase toda semana estamos aprovando voto de Cidadão Honorário. Porque exatamente quando se vota a concessão de Título a Frei Leonardo Boff se adia a votação? Não há razão nenhuma para isto neste momento. O que há é uma discriminação em relação ao Frei Leonardo Boff. Razão pelo que requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

19 Srs. Deputados APROVAM. 16 REJEITAM. APROVADO.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Requeiro que se registre meu voto e que as ponderações preliminares sejam consideradas como declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Perfeitamente.

O SR. PEDRO TONELLI - Requeiro que registrem meu voto contra esse requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Da mesma forma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Perfeitamente.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº

75/88, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que cria o Distrito Administrativo do VALE AZUL, no Município de Sarandi - PR, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 162/88, de autoria do Deputado PAULO FURLATTI, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A. e C.E.M.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 131/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que atribui gratificação de Responsabilidade Técnica aos ocupantes dos cargos de nível universitário da administração direta e autárquica do Estado, extensivo aos inativos, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 18/89 (Mensagem nº 29/89 ex-Proposição nº 27/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e os Municípios que especificam, todos objetivando a aplicação de recursos financeiros oriundos do Convênio EPTU/BIRD IV, com vistas à aquisição ou reparos em equipamentos para manutenção do Sistema de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 19/89 (Mensagem nº 36/89 ex-Proposição nº 28/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 12/10/88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e o Município de Iretama e aprova também os Termos de Revigoramento datados de 25/11/88 e 06/12/88 a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e os Municípios de Cafelândia e Prudentópolis, objetivando a conclusão de prédios destinados às agências de rendas locais.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 21/89 (Mensagem nº 47/89 ex-Proposição

nº 33/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 31 de janeiro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Trabalho e Ação Social e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Projeto de Produção de Alimentos em Panificação e Pastifício. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 137/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que revoga a Lei nº 8.682/87 e adota outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. **Aprovado. (Public. no D.A. nº 48 de 07.06.89).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO Nº 137/89

##### PARECER:

O ilustre Deputado Anibal Khury pretende, com o presente plano legal, revogar a Lei nº 8.682/87, e adotar outras providências no sentido de criar a Fundação de Música e Belas Artes do Paraná, bem como a Faculdade de Educação Musical do Paraná, entidades fundacionais com personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa, financeira e técnica.

Sem entrar no mérito, recordamos que quando da tramitação por esta Casa, da mensagem que originou a lei 8682, que instituiu a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, entidade autárquica, diversos Parlamentares, alertados até pelos corpos docente e discente das escolas, mostraram a inviabilidade da execução do então, ainda, projeto de lei.

Quando ao aspecto constitucional, legal, ou regimental nada impede a normal apreciação por esta Assembléia Legislativa do presente projeto de lei, pois pode ser de iniciativa parlamentar a matéria, estando a proposição regimentalmente justificada. Vale lembrar ainda que o projeto não cria cargos ou despesas.

Por esta razão apresentamos o parecer favorável. Pela aprovação.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 21.06.89.

(aa) VALDERI MENDES VILELA - Presidente;  
ANTÔNIO COSTENARO NETO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 34/89, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Alto Piquiri, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Brasilândia do Sul. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução 35/89, de autoria do Deputado Cândido Bas-

tos e outros, que dispõe sobre a remuneração dos servidores que prestam serviços nos Gabinetes Parlamentares, e dá outras providências.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 35/89.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art.1° - Os cargos pertencentes à Estrutura dos Gabinetes Parlamentares dos Senhores Deputados, serão remunerados pela Simbologia 1-G, no valor de Rcz\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzados novos).

§ 1° - Cada Gabinete Parlamentar, disporá de 10 (dez) símbolos 1-G, para remunerar os servidores de sua estrutura, sendo vedado o pagamento de mais de três (03), 1-G a um mesmo servidor.

Art.2° - O valor da simbologia 1-G, será reajustado sempre que houver aumento concedido aos servidores públicos mediante decreto legislativo.

Art.3° - Em virtude da nova sistemática de remuneração criada por esta resolução, ficam extintos os cargos comissionados símbolos 3-C, 4-C e 6-C, pertencentes aos Gabinetes Parlamentares.

Art.4° - Esta resolução, entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de junho de 1989 revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

Aprovado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Gostaria de registrar o meu voto contrário com relação ao Projeto de Resolução n° 35/89.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado. Sobre a Mesa, requerimento de n° 1308, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Aprovado.

A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1303, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente.

Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, tive a honra de receber a correspondência de um eminente Magistrado do Estado do Paraná. Um Magistrado que ao longo de mais de trinta anos de vida pública sempre foi considerado um Magistrado honrado, digno, pobre, e que, com

sua atuação, elevou o conceito do Poder Judiciário no Paraná.

Creio portanto que uma carta desta relevância deve constar dos Anais do Poder Legislativo. Passo, Sr. Presidente, a lê-la:

" Senhor Deputado.

A honra de um Magistrado se constitui no bem mais precioso que ele possa possuir"...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, consultaria esta Presidência se uma carta completamente fora da pauta, que não tem nada a ver com a Ordem do Dia, e nem com esta Casa de Leis, pode ser lida pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira em plenário. Poderia até fazer no Pequeno Expediente, ou no Horário de Liderança de seu partido. Mas pela Ordem, Sr. Presidente, ler uma carta que não tem nada a ver com a Ordem do Dia e nem com discussão nesta Casa de Leis...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há matéria mais em discussão e votação. Sua Excelência tem o direito de ler a carta.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a Vossa Excelência e sei que o censor dos atos dos Deputados deve ser o Presidente desta Casa, e não o Líder Governista.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Apenas fiz uma consulta.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Volto a ler, Sr. Presidente, Srs. Deputados: "A honra de um Magistrado..." e não é só de um Magistrado, a honra de qualquer cidadão, a honra de um Deputado Estadual, também "se constitui no bem mais precioso que ele possa possuir". O qual para assim proceder, só veiculou...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, Pela ordem. Como posso ficar calado quando o Deputado Luiz Alberto Oliveira vem denegrir a imagem do Governador do Estado? Não podemos admitir isto, Sr. Presidente! Solicito a Vossa Excelência, como Presidente desta Casa, de colocar ordem neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A ordem é Vossa Excelência que está violando. Continua com a palavra o Sr. Deputado

Luiz Alberto. Vossa Excelência aguarde a leitura da carta.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - "O qual para assim proceder, só veiculou a versão de uma das partes, faço chegar às suas mãos, uma fotocópia do Acórdão, unânime..." julgado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, "proferido no Mandado de Segurança nº 14/39, que deu margem ao pronunciamento.

Quero crer que através deste julgado, que examinou os argumentos das partes envolvidas, ambas, não uma só, com a imparcialidade devida, possa Vossa Excelência, fazer um juízo do episódio, ousando eu esperar continuar merecendo a sua sempre demonstrada consideração.

Com os meus cumprimentos e afetuoso abraço.

Desembargador Zeferino Krukoski".

Desejo, Sr. Presidente, fazer este registro desta carta nos Anais da Assembléia Legislativa. Já que Sua Excelência, Magistrado que é, não pode ocupar uma cadeia de televisão e, em consequência, demonstrar que esta Casa, que é Casa do conflito dos contrários abriga aqui as manifestações tanto dos poderosos do Palácio Iguaçu quanto dos Magistrados independentes do Estado do Paraná.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem, o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) - Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados.

Eu também recebi idêntica carta. E no instante em que vejo Vossa Excelência solicitar a um assessor da Mesa que apanhe referida carta com o nobre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira e leve até Vossa Excelência, indago preliminarmente da Mesa se Vossa Excelência irá determinar o registro nos Anais da Casa do referido documento? Preliminarmente faço esta pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não pode evitar que a carta seja registrada nos Anais da Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência tornou a emenda melhor do que o soneto.

Vossa Excelência não pode determinar, "data vênia" o respeito que tenho por Vossa Excelência, ao Serviço de Taquigrafia o registro da carta. Eis porque automaticamente ela constará dos Anais, pela simples

leitura. Vossa Excelência só poderia determinar esta medida a requerimento aprovado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa já determinou e vai ser cumprida a determinação da Presidência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) - Vossa Excelência manda e não pede.

Vossa Excelência extrapola o Regimento Interno da Casa como se fosse um marechal.

Vossa Excelência deve lembrar que não estamos mais em 1964, nem em 1965 e nem em 66. Vossa Excelência tem o Regimento Interno a ser cumprido. Vossa Excelência não pode determinar ao Serviço Taquigráfico o registro dos Anais, senão a requerimento do Plenário. Eis que ela automaticamente é registrada pela leitura que dela fez o nobre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

Entretanto agora vou ao assunto que me trouxe à tribuna. Recebi idêntica carta. Considero o Desembargador Zeferino Krukoski uma das legítimas expressões do Poder Judiciário deste Estado. Eis que o conheço desde o tempo em que ele era Juiz no Interior do Estado. Acompanhei a carreira deste Magistrado, toda ela pontilhada de decisões corretíssimas e acima de tudo honestíssimas. É um homem que honra a Magistratura do Estado.

Portanto eu não endosso absolutamente as expressões que, a respeito deste Magistrado, fez o Senhor Governador do Estado, como também não endosso, Sr. Presidente, as expressões usadas pelo Magistrado com relação a um Governador que vem através do seu mandato, procurando dignificar, honrar e moralizar a vida pública do Paraná, não merece o tratamento de moleque, absolutamente! Porque ele nada mais tem feito do que defender o erário público que é o dever primeiro, é o dever número um do Chefe do Poder Executivo.

Eram estas as expressões que gostaria que também ficassem registradas nos Anais da Casa sem a que isso fosse necessário Vossa Excelência autorizar.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Valderi Vilela com a palavra.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, apenas para registrar a presença nesta Casa do Professor Aírton Gonçalves Celestino, Diretor do Colégio Estadual do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está registrada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai decidir a Questão de Ordem do Deputado Erondy Silvério.

Parágrafo 5º do Artigo 151. "O Deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou à Assembléia de um modo geral, não sendo permitido expressões injuriosas ou descorteses". Julgando por analogia, se o Deputado não tem esse direito muito menos pessoas estranhas ao Plenário.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, nós temos que repudiar com veemência as palavras infames dirigidas pelo Senhor Desembargador a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado. Devemos respeitar, sim, o Senhor Desembargador. Mediante palavras do Deputado Erondy Silvério, é um magistrado probo, que tem pautado sua conduta com determinações categóricas e com sentenças, cumprindo rigorosamente as determinações jurídicas. Mas, sentimos Senhor Presidente, que neste episódio o Senhor Desembargador não agiu corretamente. O Senhor Desembargador, ao proferir palavras que nós consideramos de baixo calão ao Senhor Governador do Estado, ele, sinceramente, Senhor Presidente, se rebaixou, caiu lá da sua função de magistrado para uma função de difamador, pura e simplesmente. E é nesta função de difamador, pura e simplesmente, Senhor Presidente, que nós não podemos aceitar, porque consideramos o Senhor Governador, um Governador sério, um Governador honesto, que realmente não merece estas palavras que a ele foram proferidas.

Portanto, Senhor Presidente, em meu nome e acredito de toda a Bancada do PMDB, o nosso repúdio a estas afirmações inverídicas, caluniosas, do Desembargador Zeferrino.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa determina ao serviço de taquigrafia que faça o expurgo das palavras difamatórias. Não as difamatórias do Deputado Artagão Mattos Leão, mas sim a exclusão das palavras que se referem à difamação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)

Eu agradeço e era exatamente este o pedido que eu ia fazer a Vossa Excelência, Senhor Presidente, já que Sua Excelência considera as expressões usadas pelo eminente Desembargador difamatórias ao Governador do Estado, igualmente solicito a Vossa Excelência que retire as palavras caluniosas do eminente Deputado Artagão Mattos Leão com relação a Sua Excelência o Desembargador, para que haja o mesmo peso e a mesma medida.

E, na sequência, Senhor Presidente, solicito que a Presidência desta Casa faça chegar oficialmente ao Poder Judiciário, uma cópia das notas taquigráficas desta Sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai atender à solicitação do Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Requerimento de n. 1311, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1312, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1321, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1320, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 1290, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de Sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1310, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1313, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1302, de autoria do Senhor Deputado Refael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1305, de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1306, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1307, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1314, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1315, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1316, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Dire-

toria Legislativa.

Requerimento de n. 1317, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1319, de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1323, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1324, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1326, de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de Sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1327, de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1329, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos com apoio dos Senhores Deputados Gernote Kirinus, Nestor Baptista, Djalma de Almeida César, e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1328, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, com apoio dos Senhores Deputados Erondy Silvério, Nereu Carlos Massignan e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Ao DL. para atender, volte com a informação para ciência do Plenário, e providências necessárias.

Requerimento de n. 1330, de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1298, de autoria dos Senhores Deputados Edmar Luiz Costa, Namir Piacentini, Pedro Tonelli, e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior. Em Votação.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Este requerimento está prejudicado tendo em vista o entendimento das lideranças.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 29/89  
(Veto apostado ao Projeto de Lei n. 024/89 - Código de Organização e Divisão Judiciárias)

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 42/89  
(Veto Apostado ao Projeto de Lei n. 106/89).

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 75/88, 162/88, 131/89.

e dos Projetos de Resolução ns. 18, 19 e 21/89.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 137/89

e dos Projetos de Resolução ns. 32, 34, 35/89.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução ns. 89/88 e de n. 22 a 26/89.

e do Projeto de Lei n. 130/89.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NEREU CARLOS MASSIGNAN, EM SESSÃO DO DIA 26 DE JUNHO DE 1989.

Excelentíssimos Senhores.

JOEL MARCIANO RAUBER - Presidente da ECT.  
RONES RIBEIRO LAYNES - Diretor Regional da ECT/DR/PR.

Prezados Senhores.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é uma das estatais de maior credibilidade, segundo pesquisa do Instituto GALLUP. Isto demonstra a seriedade com que os trabalhadores desta empresa desempenham o seu trabalho, mantendo assim o espírito que o servidor público deve ter com relação as Empresas constituídas com o dinheiro do povo.

Através da imprensa, pode-se também acompanhar a luta e a tenacidade que a categoria empreende para conquistar melhorias de condições de trabalho e de vida. Para reafirmar este fato, basta lembrar que em 1985, sem direito de constituir um Sindicato próprio, os trabalhadores já reivindicavam. Após uma paralisação espontânea, conseguiu como consequência da luta, reposição salarial, anuênio, vale-refeição, serviços médico e odontológico, entre outros benefícios.

Hoje, porém, acompanhando pela mesma imprensa que sempre noticiou o histórico desta luta, com tristeza constata-se a forma com que foram e ainda estão sendo tratados os trabalhadores da ECT. A princípio, 113 demissões anunciadas com a última greve, inclusive a de uma gestante. Se não bastasse isto, a Empresa constituiu

uma Comissão de Sindicância para "apurar os atos irregulares praticados durante a greve" de maio deste ano (dos dias 06 a 10). Comissão esta que tem no seu bojo objetivos não muito claros pois, quem acompanhou o desenrolar da greve, conclui que esta foi pacífica e ordeira, logo, nada a apurar de irregular, portanto, a "Comissão escamoteia suas reais intenções. Pessoas convocadas para depor na citada sindicância, atestam serem os inquéritos permeados de ameaças, insinuações, afirmações, indagações, citações e pressões psicológicas somente ocorridas em épocas imediatamente posteriores ao golpe de 1964, que levou os militares ao poder. As práticas, motivos e inquéritos desta comissão precisam ser explicitados e comunicados à opinião pública.

Não se admite que sessões de torturas psicológicas e demissões injustas continuem ocorrendo. No caso específico da ECT, violou-se a Constituição Federal, quando funcionários foram dispensados por motivos de greve; e o Acordo Coletivo de Trabalho da categoria, quando a Direção da ECT se nega a cumpri-lo em vários de seus itens.

Neste sentido, os signatários deste documento solicitam audiência com o Diretor Regional da ECT/DR/PR, Senhor Rones Ribeiro Laynes, para o dia de junho de 1989, às horas, na sede da ECT/PR.

Curitiba, de junho de 1989.

a) ALGACI TÚLIO - PDT

PEDRO TONELLI - PT

PAULINO DELAZERI - PSDB

NEREU CARLOS MASSIGNAN - PSDB

IRONDI PUGLIESI - PMDB

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a Presidência do Senhor Deputado Lindolfo Júnior e com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 162/88, de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura e dá outras providências. Relator: Senhor Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados, e declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu Marisa Couto de Cristo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que se produza os efeitos legais.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Presidente

MARISA COUTO DE CRISTO

Secretária